



### QUADRO DE RESUMO DE PREÇO

ITEM	CATEGORIA PROFISSIONAL	Quantidade empregados	Quantidade de Postos	Valor por Posto	Total Mensal	Valor Anual por Posto
1	POSTO DE VIGILÂNCIA DIURNA ARMADA 12X36	6	3	12.629,49	37.888,48	454.661,74
2	POSTO DE VIGILÂNCIA NOTURNA ARMADA 12X36	6	3	14.170,51	42.511,52	510.138,26
VALOR TOTAL					80.400,00	964.800,00



## PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS POR CATEGORIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2016	Processo nº 72100.000179/2016-53
------------------------------	----------------------------------

1	Data da Apresentação da Proposta	28/04/2016
2	Município/DF	Brasília/DF
3	Ano do Acordo Coletivo, Convenção Coletiva ou Sentença Normativa em dissídio coletivo	DF000010/2016 - SINDESV/DF
4	Número de meses de execução contratual	12

MÃO-DE-OBRA  
MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

Item	Tipo de Serviço	Unidade de medida	Quantidade total a contratar
1	Vigilância Armada	Posto Diurno 12X36	3

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra			
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Vigilância Armada	
2	Salário Base		1.888,29
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Vigilante	
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/2016	

## MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	REMUNERAÇÃO	%	Valor (R\$)
A	Salário Base (categoria)	-	1.888,29
B	Adicional noturno	-	-
C	Hora noturna reduzida	-	-
D	Adicional de Periculosidade (risco de vida)	30,00%	566,49
E	Adicional de insalubridade	-	-
F	Adicional de Hora Extra	-	-
G	Intervalo Intrajornada	-	251,06
H	Feriados Trabalhados - Súmula TST 444	-	61,50
TOTAL DA REMUNERAÇÃO			2.767,33

## MÓDULO 2: BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS

2	BENEFÍCIOS	Valor (R\$)
A	Vale Transporte	120,00
	Desconto de Vale Transporte (-6% s/salário base)	- 113,30
B	Auxílio alimentação (conforme especificações)	480,00
C	Seguro de vida	10,21
D	Contribuição Assistencial Patronal	1,04
E	Assistência Médica (Plano de Saúde)	140,00
F	Fundo Social e Odontológico	10,00
G	Fundo de Indenização Aposentadoria/Invalidez/Doença	14,00
H	Outros (Treinamento/capacitação/reciclagem)	7,50
TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS		669,45

## MÓDULO 3: INSUMOS DIVERSOS

3	BENEFÍCIOS	Valor (R\$)
A	Uniformes	32,92
B	Materiais e Equipamentos	10,52
C	Outros (especificar)	-
TOTAL DOS INSUMOS DIVERSOS		43,45

## MÓDULO 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

SUBMÓDULO 4.1 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS:			
4.1	Encargos previdenciários e FGTS	%	Valor (R\$)
A	INSS - Artigo 22 Inciso I Lei 8.212/91	20,00%	553,47
B	SESC/SESI	1,50%	41,51
C	INCR - Lei 7.787 de 30/06/89 e DL 1.146/70(*)	0,20%	5,53
D	SENAC/SENAI	1,00%	27,67
E	Salário Educação - Artigo 15 da Lei 9.424/96(*)	2,50%	69,18
F	Riscos Ambientais de Trabalho(RAT 3,00XFAP 0,50)	1,50%	41,51
G	FGTS - Artigo 15 Lei 8.036/90	8,00%	221,39
H	SEBRAE - Artigo 8º Lei 8.029/90 e Lei 8.154 de 28/12/90(*)	0,60%	16,60
TOTAL DO GRUPO 4.1		35,30%	976,87

SUBMÓDULO 4.2 - 13º SALÁRIO E ADICIONAL DE FÉRIAS			
4.2	13º salário e adicional de férias	%	Valor (R\$)
A	Adicional de Férias	3,77%	104,33
B	13º Salário	8,33%	230,52
SUBTOTAL		12,10%	334,85
C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o 13º Salário e Adicionais de	4,27%	118,20
TOTAL DO GRUPO 4.2		16,37%	453,05



SUBMÓDULO 4.3 - AFASTAMENTO MATERNIDADE			
4.3	Afastamento maternidade:	%	Valor (R\$)
A	Licença maternidade	0,02%	0,55
B	Incidência do submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade	0,01%	0,20
<b>TOTAL DO GRUPO 4.3</b>		<b>0,03%</b>	<b>0,75</b>

SUBMÓDULO 4.4 - PROVISÃO PARA RESCISÃO			
4.4	Provisão para rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	1,50%	41,51
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,20%	3,32
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	4,59%	127,02
D	Aviso prévio trabalhado	0,83%	22,97
E	Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	0,29%	8,11
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	0,41%	11,35
<b>TOTAL DO GRUPO 4.4</b>		<b>7,82%</b>	<b>214,28</b>

SUBMÓDULO 4.5 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
4.5	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	%	Valor (R\$)
A	Férias	8,33%	230,52
B	Ausência por doença	0,42%	11,62
C	Licença paternidade	0,10%	2,77
D	Ausências legais	0,42%	11,62
E	Ausência por Acidente de trabalho	0,63%	17,43
<b>SUBTOTAL</b>		<b>9,90%</b>	<b>273,97</b>
G	Incidência do submódulo 4.1 sobre o Custo de reposição	3,49%	96,71
<b>TOTAL DO GRUPO 4.5</b>		<b>13,39%</b>	<b>370,68</b>

Quadro - resumo - MÓDULO 4 - Encargos sociais e trabalhistas			
4	MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS	%	Valor (R\$)
4.1	Encargos previdenciários e FGTS	35,30%	976,87
4.2	13% Salário e Adicional de Férias	16,37%	453,05
4.3	Afastamento maternidade	0,03%	0,75
4.4	Custo de rescisão	7,82%	216,49
4.5	Custo de reposição do profissional ausente	13,39%	370,68
<b>VALOR TOTAL DO MÓDULO 4</b>		<b>72,92%</b>	<b>2.017,84</b>

MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
5	CUSTOS INDIRETOS	%	Valor (R\$)
A	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2,51%	138,00
B	LUCRO	2,35%	132,45
<b>TRIBUTOS</b>		<b>8,65%</b>	<b>546,23</b>
C	PIS	0,65%	41,05
	CONFINS	3,00%	189,44
	ISS	5,00%	315,74
<b>VALOR DO MÓDULO 5</b>		<b>13,51%</b>	<b>816,68</b>

Quadro-resumo do Custo por Empregado		
MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL (VALOR POR EMPREGADO)		(R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	2.767,33
B	Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários	669,45
C	Módulo 3 - Insumos Diversos	43,45
D	Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas	2.017,84
<b>Subtotal (A + B + C + D)</b>		<b>5.498,07</b>
E	Módulo 5 - Custos indiretos, tributos e lucro	816,68
<b>VALOR TOTAL POR EMPREGADO</b>		<b>6.314,75</b>
<b>VALOR TOTAL POR POSTO (02 vigilante)</b>		<b>12.629,49</b>



## PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS POR CATEGORIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2016	Processo nº 72100.000179/2016-53
------------------------------	----------------------------------

1	Data da Apresentação da Proposta	28/04/2016
2	Município/DF	Brasília/DF
3	Ano do Acordo Coletivo, Convenção Coletiva ou Sentença Normativa em dissídio coletivo	DF000010/2016 - SINDESV/DF
4	Número de meses de execução contratual	12

MÃO-DE-OBRA  
MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

Item	Tipo de Serviço	Unidade de medida	Quantidade total a contratar
1	Vigilância Armada	Posto Noturno 12X36	3

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Vigilância Armada
2	Salário Base	1.888,29
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Vigilante
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/2016

## MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	REMUNERAÇÃO	%	Valor (R\$)
A	Salário Base (categoria)	-	1.888,29
B	Adicional noturno	-	344,16
C	Hora noturna reduzida	-	-
D	Adicional de Periculosidade (risco de vida)	30,00%	566,49
E	Adicional de insalubridade	-	-
F	Adicional de Hora Extra	-	-
G	Intervalo Intra jornada	-	286,25
H	Feriados Trabalhados - Súmula TST 444	-	70,12
TOTAL DA REMUNERAÇÃO			3.155,31

## MÓDULO 2: BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS

2	BENEFÍCIOS	Valor (R\$)
A	Vale Transporte	120,00
	Desconto de Vale Transporte (-6% s/salário base)	- 113,30
B	Auxílio alimentação (conforme especificações)	480,00
C	Seguro de vida	10,21
D	Contribuição Assistencial Patronal	1,04
E	Assistência Médica (Plano de Saúde)	140,00
F	Fundo Social e Odontológico	10,00
G	Fundo de Indenização Aposentadoria/Invalidez/Doença	14,00
H	Outros (Treinamento/capacitação/reciclagem)	7,50
TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS		669,45

## MÓDULO 3: INSUMOS DIVERSOS

3	BENEFÍCIOS	Valor (R\$)
A	Uniformes	32,92
B	Materiais e Equipamentos	10,52
C	Outros (especificar)	-
TOTAL DOS INSUMOS DIVERSOS		43,45

## MÓDULO 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

SUBMÓDULO 4.1 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS:			
4.1	Encargos previdenciários e FGTS	%	Valor (R\$)
A	INSS - Artigo 22 Inciso I Lei 8.212/91	20,00%	631,06
B	SESC/SESI	1,50%	47,33
C	INCRÁ - Lei 7.787 de 30/06/89 e DL 1.146/70(*)	0,20%	6,31
D	SENAC/SENAI	1,00%	31,55
E	Salário Educação - Artigo 15 da Lei 9.424/96(*)	2,50%	78,88
F	Riscos Ambientais de Trabalho (RAT 3,00XFAP 0,50)	1,50%	47,33
G	FGTS - Artigo 15 Lei 8.036/90	8,00%	252,42
H	SEBRAE - Artigo 8º Lei 8.029/90 e Lei 8.154 de 28/12/90(*)	0,60%	18,93
TOTAL DO GRUPO 4.1		35,30%	1.113,82

SUBMÓDULO 4.2 - 13º SALÁRIO E ADICIONAL DE FÉRIAS			
4.2	13º salário e adicional de férias	%	Valor (R\$)
A	Adicional de Férias	3,77%	118,96
B	13º Salário	8,33%	262,84
SUBTOTAL		12,10%	381,80
C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o 13º Salário e Adicionais de	4,27%	134,77
TOTAL DO GRUPO 4.2		16,37%	516,57



SUBMÓDULO 4.3 - AFASTAMENTO MATERNIDADE			
4.3	Afastamento maternidade:	%	Valor (R\$)
A	Licença maternidade	0,02%	0,63
B	Incidência do submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade	0,01%	0,22
<b>TOTAL DO GRUPO 4.3</b>		<b>0,03%</b>	<b>0,85</b>

SUBMÓDULO 4.4 - PROVISÃO PARA RESCISÃO			
4.4	Provisão para rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	1,50%	47,33
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,20%	3,79
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	4,59%	144,83
D	Aviso prévio trabalhado	0,83%	26,19
E	Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	0,29%	9,24
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	0,41%	12,94
<b>TOTAL DO GRUPO 4.4</b>		<b>7,82%</b>	<b>244,31</b>

SUBMÓDULO 4.5 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
4.5	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	%	Valor (R\$)
A	Férias	8,33%	262,84
B	Ausência por doença	0,42%	13,25
C	Licença paternidade	0,10%	3,16
D	Ausências legais	0,42%	13,25
E	Ausência por Acidente de trabalho	0,63%	19,88
<b>SUBTOTAL</b>		<b>9,90%</b>	<b>312,38</b>
G	Incidência do submódulo 4.1 sobre o Custo de reposição	3,49%	110,27
<b>TOTAL DO GRUPO 4.5</b>		<b>13,39%</b>	<b>422,65</b>

Quadro - resumo - MÓDULO 4 - Encargos sociais e trabalhistas			
4	MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS	%	Valor (R\$)
4.1	Encargos previdenciários e FGTS	35,30%	1.113,82
4.2	13% Salário e Adicional de Férias	16,37%	516,57
4.3	Afastamento maternidade	0,03%	0,85
4.4	Custo de rescisão	7,82%	246,84
4.5	Custo de reposição do profissional ausente	13,39%	422,64
<b>VALOR TOTAL DO MÓDULO 4</b>		<b>72,92%</b>	<b>2.300,72</b>

MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
5	CUSTOS INDIRETOS	%	Valor (R\$)
A	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2,51%	154,84
B	LUCRO	2,35%	148,61
<b>TRIBUTOS</b>		<b>8,65%</b>	<b>612,87</b>
C	PIS	0,65%	46,05
	CONFINS	3,00%	212,56
	ISS	5,00%	354,26
<b>VALOR DO MÓDULO 5</b>		<b>13,51%</b>	<b>916,32</b>

Quadro-resumo do Custo por Empregado		
MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL (VALOR POR EMPREGADO)		(R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	3.155,31
B	Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários	669,45
C	Módulo 3 - Insumos Diversos	43,45
D	Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas	2.300,72
<b>Subtotal (A + B + C + D)</b>		<b>6.168,93</b>
E	Módulo 5 - Custos indiretos, tributos e lucro	916,32
<b>VALOR TOTAL POR EMPREGADO</b>		<b>7.085,25</b>
<b>VALOR TOTAL POR POSTO (02 vigilante)</b>		<b>14.170,51</b>



## Memória de Cálculo

Adicional Noturno		
Base de Cálculo:	Salário	1.888,29
	Risco de vida	566,49
Total		2.454,78
Valor do Adicional Noturno (14,02% - Estabelecido pela CCT)		344,16

Intrajornada		Diurno	Noturno
Base de Cálculo:	Salário	1.888,29	1.888,29
	Risco de vida	566,49	566,49
	Adicional Noturno	-	344,16
Total da Base de Cálculo		2.454,78	2.798,94
Valor da Hora Normal (total da base de cálculo / 220)		11,16	12,72
Valor da Hora extra a 50%		16,74	19,08
Quantidade de Horas trabalhadas no mês.		15	15
Valor Total da Intrajornada		251,06	286,25

Súmula 444/TST		Diurno	Noturno
Base de Cálculo:	Salário	1.888,29	1.888,29
	Risco de vida	566,49	566,49
	Adicional Noturno	-	344,16
	Intrajornada	251,06	286,25
Total da Base de Cálculo		2.705,83	3.085,19
Valor da Hora Normal (total da base de cálculo / 220)		12,30	14,02
Quantidade de feriados em 12 meses		12	12
Quantidade de Horas por dia trabalhado no Feriado		10	10
Quantidade de Horas por dia trabalhado no Feriado por Ano		120	120
Valor a ser pago por ano em função pagamento em dobro		1.475,91	1.682,83
Quantidade de profissionais na escala 12 x 36 h		2	2
Valor Total anual		2.951,82	3.365,66
Valor mensal		122,99	140,24
Valor Rateado para os funcionários em escala 12 x 36		61,50	70,12



## MEMÓRIA DE CÁLCULO

UNIFORME MASCULINO/FEMININO				
ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE ANUAL	VALOR TOTAL ANUAL
1	Camisa	23,00	4	92,00
2	Calça	26,00	4	104,00
3	Cinto	8,00	2	16,00
4	Coturno	38,00	1	38,00
5	Meias	5,00	4	20,00
6	Japona	53,90	1	53,90
7	Capa de Chuva	16,85	1	16,85
8	Capa de Colete	45,33	1	45,33
9	Crachá Funcional	9,01	1	9,01
VALOR TOTAL				395,09
VALOR MENSAL POR VIGILANTE				32,92

ARMAMENTO E MUNIÇÕES				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	V. UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Revolver Calibre 38	3	1.950,00	5.850,00
2	Munição Calibre 38	36	4,70	169,20
3	Placa Balística	3	310,00	930,00
4	Coldre	3	25,00	75,00
5	Cassetete	3	14,00	42,00
6	Porta Cassetete	3	11,90	35,70
7	Apito	12	10,00	120,00
8	Lanterna Recarregavel	3	49,00	147,00
9	Rádios UHF	2	55,00	110,00
10	Livro de Ocorrência	12	8,00	96,00
SUBTOTAL				7.574,90
Valor Mensal por Funcionário				10,52



## TERMO DE PROPOSTA- PREGÃO 5/2016

### DADOS DO PROPONENTE

**RAZÃO SOCIAL:** G.S.I. – Gestão de Segurança Integrada Vigilância e Segurança Ltda

**CNPJ:** 14.534.490/0001-10

**ENDEREÇO:** ADE Conjunto 19 Lote 19, Aguas Claras Brasília/DF CEP: 71.989-000.

**FONE/FAX:** (61) 3026-4440 / (61)9604-7288

**REPRESENTANTE LEGAL:** Andrea do Carmo de Souza Mendonça Gomes

**Banco BRB Agência 054 Conta Corrente 017636-2**

À

**EMBRATUR**

**Setor Comercial norte/SN, quadra 2, Bloco G, Brasília – DF – CEP 70.712-907**

Prezados Senhores,

Tendo examinado os documentos de licitação, nós, abaixo-assinados, oferecemos proposta para Serviços de vigilância armada nas dependências da EMBRATUR, localizada na **Setor Comercial norte/SN, quadra 2, Bloco G, Brasília – DF – CEP 70.712-907**, objeto do **Edital n.º 5/2016 – Pregão Eletrônico, no valor global de R\$ 964.800,00 (Novecentos e sessenta e quatro mil e oitocentos reais)**, conforme discriminados nos itens constantes na Planilha de Preços em anexo.

Concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 60 (sessenta) dias desde a data fixada para abertura das propostas, ou seja, **28/04/2016**, e representará um compromisso que pode ser aceito a qualquer prazo antes da expiração desse prazo.

Até que seja preparado e assinado um contrato formal, esta proposta, será considerada um contrato de obrigação entre as partes.

Na oportunidade, credenciamos junto à **EMBRATUR** o(a) Sr.(ª) Andrea do Carmo de Souza Mendonça Gomes, carteira de Identidade nº 3.399.640 , Órgão Expedidor SSP/DF, CPF nº 714.338.131-49, residente e domiciliado(a) na rua 04, Chácara 287, nº 48 Vicente Pires, na cidade de Brasília, Estado do Distrito Federal, ao(à) qual outorgamos os mais amplos poderes inclusive para interpor recursos, quando cabíveis transigir, desistir, assinar contratos, atas e documentos, enfim, praticar os demais atos no presente processo licitatório.

Declaramos, que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos a licitação em pauta.

Declaramos, ainda mais, nossa plena concordância com as condições constantes no presente Edital e seus Anexos e que nos preços propostos estão inclusos todos os custos diretos e indiretos, tais como salário, encargos sociais, trabalhistas, tributos incidentes, taxas de administração, materiais, lucro, prêmios de seguros e quaisquer outros encargos necessários ao cumprimento integral do objeto da licitação.

Atenciosamente.

ANDREA DO CARMO SOUZA MENDONÇA GOMES  
SÓCIA-GERENTE

**G.S.I. – Gestão de Segurança Integrada Vigilância e Segurança Ltda**

**CNPJ 14.534.490/0001-10**

**Andrea do Carmo de Souza Mendonça Gomes**

**- Sócio Gerente -**



## CONSULTA ATA DE PREGÃO

185001.52016.8705.4314.41984515200.930

MINISTÉRIO DO TURISMO  
Instituto Brasileiro de Turismo**Ata de Realização do Pregão Eletrônico**  
**Nº 00005/2016**

Às 10:00 horas do dia 28 de abril de 2016, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria nº 64 de 14/07/2015, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 5.450 de 31 de maio de 2005, referente ao Processo nº 72100000179201653, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 00005/2016. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância armada, a serem executados de forma contínua, no âmbito da EMBRATUR Instituto Brasileiro de Turismo, Brasília ? DF.. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

**Item: 1****Descrição:** SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ARMADA**Descrição Complementar:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância armada, a serem executados de forma contínua, no âmbito da EMBRATUR Instituto Brasileiro de Turismo, Brasília ? DF.**Tratamento Diferenciado:** -**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não**Quantidade:** 1**Valor estimado:** R\$ 977.108,4000**Unidade de fornecimento:** unidade**Situação:** Aceito e Habilitado com intenção de recurso**Aceito para:** G.S.I. - GESTAO DE SEGURANCA INTEGRADA - VIGILANCIA E S, **pelo melhor lance de R\$ 964.800,0000 .****Histórico****Item: 1 - SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ARMADA****Propostas** Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.

(As propostas com \* na frente foram desclassificadas pelo pregoeiro)

CNPJ/CPF	Fornecedor	Porte ME/EPP	Declaração ME/EPP/COOP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global
* 13.317.659/0001-18	IDEAL GUARDIAN SEGURANCA LTDA - ME	Sim	Sim	1	R\$ 27.188,3300	R\$ 27.188,33
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> SERVIÇO VIGILÂNCIA ARMADA CONTINUA.						
02.005.031/0001-60	SITRAN EMPRESA DE SEGURANCA LTDA	Não	Não	1	R\$ 977.108,3900	R\$ 977.108,39
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância armada, a serem executados de forma contínua, no âmbito da EMBRATUR Instituto Brasileiro de Turismo, Brasília ? DF.						
08.875.253/0001-10	ASC SERVICE SEGURANCA LTDA	Não	Não	1	R\$ 977.108,4000	R\$ 977.108,40
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância armada, a serem executados de forma contínua, no âmbito da EMBRATUR Instituto Brasileiro de Turismo, Brasília ? DF.						

03.434.777/0002-33	MJR SERVICOS DE SEGURANCA LTDA.	Não	Não	1	R\$ 977.108,4000	R\$ 977.108,40
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Contratação de empresa especializada para prestação de vigilância armada, a serem executados de forma contínua, no âmbito da EMBRATUR Instituto Bras Brasília ? DF.						
02.717.460/0001-60	JUIZ DE FORA- EMPRESA DE VIGILANCIA LTDA	Não	Não	1	R\$ 977.108,4000	R\$ 977.108,40
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Contratação de empresa especializada para prestação de vigilância armada, a serem executados de forma contínua, no âmbito da EMBRATUR Instituto Bras Brasília ? DF.						
09.459.901/0001-10	AC SEGURANCA LTDA	Não	Não	1	R\$ 977.108,4000	R\$ 977.108,40
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> prestação de serviços de vigilância armada, a ser forma contínua, no âmbito da EMBRATUR Instituto Brasileiro de Turismo, Brasília – DF						
09.267.406/0001-00	VISAN SEGURANCA PRIVADA LTDA	Não	Não	1	R\$ 977.200,0000	R\$ 977.200,00
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Prestação de serviços de vigilância armada, a ser forma contínua, no âmbito da EMBRATUR Instituto Brasileiro de Turismo, Brasília						
12.983.057/0001-37	ONLINE SEGURANCA PATRIMONIAL EIRELI - ME	Sim	Sim	1	R\$ 1.000.800,0000	R\$ 1.000.800,00
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Contratação de empresa especializada para prestação de vigilância armada, a serem executados de forma contínua, no âmbito da EMBRATUR Instituto Bras Brasília ? DF.						
02.081.574/0002-48	BRAVA SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL EIRELI	Não	Não	1	R\$ 1.040.216,2200	R\$ 1.040.216,22
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Prestação de serviços de vigilância armada, a ser forma contínua, no âmbito da EMBRATUR Instituto Brasileiro de Turismo, Brasília/DF.						
02.674.687/0001-76	LIFE DEFENSE SEGURANCA LTDA	Não	Não	1	R\$ 1.134.500,0000	R\$ 1.134.500,00
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Contratação de empresa especializada para prestação de vigilância armada, a serem executados de forma contínua, no âmbito da EMBRATUR Instituto Bras Brasília – DF.						
14.534.490/0001-10	G.S.I. - GESTAO DE SEGURANCA INTEGRADA - VIGILANCIA E S	Não	Não	1	R\$ 1.200.000,0000	R\$ 1.200.000,00
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Contratação de empresa especializada para prestação de vigilância armada, a serem executados de forma contínua, no âmbito da EMBRATUR Instituto Bras Brasília/DF.						
72.619.976/0001-58	AGIL EMPRESA DE VIGILANCIA LTDA	Não	Não	1	R\$ 1.232.184,0000	R\$ 1.232.184,00
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Contratação de empresa especializada para prestação de vigilância armada, a serem executados de forma contínua, no âmbito da EMBRATUR Instituto Bras Brasília/DF.						
13.277.344/0001-94	SEFIX EMPRESA DE SEGURANCA LTDA - EPP	Sim	Não	1	R\$ 1.416.807,1800	R\$ 1.416.807,18

<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Contratação de empresa especializada para prestação de vigilância armada, a serem executados de forma contínua, no âmbito da EMBRATUR Instituto Brasília/DF.					
04.689.445/0001-81	MULTSERV - SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA	Não	Não	1	R\$ 1.549.465,6800 R\$ 1.549.465,6
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Proposta para contratação de empresa especializada serviços de vigilância armada, a serem executados de forma contínua, no âmbito da EMBRATUR Instituto Turismo, Brasília ? DF.					
06.311.155/0001-25	CS SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA - ME	Sim	Não	1	R\$ 2.000.000,0000 R\$ 2.000.000,0
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> O presente Edital tem por objetivo a Contratação especializada para prestação de serviços de vigilância armada, a serem executados de forma contínua, no âmbito da EMBRATUR Instituto Brasileiro de Turismo, Brasília – DF.					
03.602.646/0001-37	AGROSERVICE SEGURANCA LTDA	Não	Não	1	R\$ 3.000.000,0000 R\$ 3.000.000,0
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Descrição: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância armada, a serem executados de forma contínua, no âmbito da EMBRATUR Instituto Turismo, Brasília ? DF.					
37.077.716/0001-05	CITY SERVICE SEGURANCA LTDA	Não	Não	1	R\$ 4.950.000,0000 R\$ 4.950.000,0
<b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Contratação de empresa especializada para prestação de vigilância armada, a serem executados de forma contínua, no âmbito da EMBRATUR Instituto Brasília ? DF.					

**Lances** (Obs: lances com \* na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Regist
R\$ 4.950.000,0000	37.077.716/0001-05	28/04/2016 10:00:03
R\$ 3.000.000,0000	03.602.646/0001-37	28/04/2016 10:00:03
R\$ 2.000.000,0000	06.311.155/0001-25	28/04/2016 10:00:03
R\$ 1.549.465,6800	04.689.445/0001-81	28/04/2016 10:00:03
R\$ 1.416.807,1800	13.277.344/0001-94	28/04/2016 10:00:03
R\$ 1.232.184,0000	72.619.976/0001-58	28/04/2016 10:00:03
R\$ 1.200.000,0000	14.534.490/0001-10	28/04/2016 10:00:03
R\$ 1.134.500,0000	02.674.687/0001-76	28/04/2016 10:00:03
R\$ 1.040.216,2200	02.081.574/0002-48	28/04/2016 10:00:03
R\$ 1.000.800,0000	12.983.057/0001-37	28/04/2016 10:00:03
R\$ 977.200,0000	09.267.406/0001-00	28/04/2016 10:00:03
R\$ 977.108,4000	08.875.253/0001-10	28/04/2016 10:00:03
R\$ 977.108,4000	03.434.777/0002-33	28/04/2016 10:00:03
R\$ 977.108,4000	02.717.460/0001-60	28/04/2016 10:00:03
R\$ 977.108,4000	09.459.901/0001-10	28/04/2016 10:00:03
R\$ 977.108,3900	02.005.031/0001-60	28/04/2016 10:00:03
R\$ 983.472,9600	02.081.574/0002-48	28/04/2016 10:16:25
R\$ 977.069,2700	14.534.490/0001-10	28/04/2016 10:21:27
R\$ 977.050,0000	02.005.031/0001-60	28/04/2016 10:22:08
R\$ 977.041,3800	08.875.253/0001-10	28/04/2016 10:24:05
R\$ 1.100.000,0000	02.674.687/0001-76	28/04/2016 10:24:15
R\$ 977.001,6700	14.534.490/0001-10	28/04/2016 10:24:16
R\$ 977.000,3400	08.875.253/0001-10	28/04/2016 10:24:26
R\$ 976.990,3500	14.534.490/0001-10	28/04/2016 10:24:40
R\$ 976.986,5200	08.875.253/0001-10	28/04/2016 10:24:46
R\$ 969.000,0000	02.005.031/0001-60	28/04/2016 10:24:52
R\$ 1.199.000,0000	06.311.155/0001-25	28/04/2016 10:24:54

R\$ 968.989,9900	14.534.490/0001-10	28/04/2016 10:25:01
R\$ 966.000,0000	02.005.031/0001-60	28/04/2016 10:25:26
R\$ 965.900,0000	14.534.490/0001-10	28/04/2016 10:27:14
R\$ 964.999,0000	02.005.031/0001-60	28/04/2016 10:27:52
R\$ 964.900,0000	14.534.490/0001-10	28/04/2016 10:28:22
R\$ 977.108,4000	09.267.406/0001-00	28/04/2016 10:28:54
R\$ 964.895,0000	02.005.031/0001-60	28/04/2016 10:28:58
R\$ 964.880,0200	14.534.490/0001-10	28/04/2016 10:29:06
R\$ 964.840,0000	02.005.031/0001-60	28/04/2016 10:29:24
R\$ 964.800,0000	14.534.490/0001-10	28/04/2016 10:29:53

**Desempate de Lances ME/EPP**

CPF/CNPJ	Data/Hora Inicial Desempate	Data/Hora Final Desempate	Situação do Lance
12.983.057/0001-37	28/04/2016 10:30:19:807	28/04/2016 10:35:19:807	Tempo para envio de lance expirou

**Eventos do Item**

Evento	Data	Observações
Proposta desclassif. pelo pregoeiro	28/04/2016 10:11:01	Desclassificação da proposta de R\$ 27.188,3300. Valor manifestamente inexe
Aberto	28/04/2016 10:13:00	Item aberto.
Iminência de Encerramento	28/04/2016 10:14:04	Batida iminente. Data/hora iminência: 28/04/2016 10:24:04.
Aguardando Convocação ME/EPP	28/04/2016 10:30:19	Aguardando convocação ME/EPP
Início do desempate	28/04/2016 10:30:19	Item está em 1º desempate, aguardando lance.
Encerramento do desempate	28/04/2016 10:35:38	Item teve o 1º desempate ME/EPP encerrado às 10:35:19 de 28/04/2016. O o lance não foi enviado pelo fornecedor ONLINE SEGURANCA PATRIMONIAL E CNPJ/CPF: 12983057000137
Encerrado	28/04/2016 10:35:38	Item encerrado
Abertura do prazo de Convocação - Anexo	28/04/2016 10:51:52	Convocado para envio de anexo o fornecedor G.S.I. - GESTAO DE SEGURANC VIGILANCIA E S, CNPJ/CPF: 14.534.490/0001-10.
Encerramento do prazo de Convocação - Anexo	28/04/2016 11:25:00	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor G.S.I. - GESTAO INTEGRADA - VIGILANCIA E S, CNPJ/CPF: 14.534.490/0001-10.
Abertura do prazo de Convocação - Anexo	29/04/2016 15:07:14	Convocado para envio de anexo o fornecedor G.S.I. - GESTAO DE SEGURANC VIGILANCIA E S, CNPJ/CPF: 14.534.490/0001-10.
Encerramento do prazo de Convocação - Anexo	29/04/2016 16:31:06	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor G.S.I. - GESTAO INTEGRADA - VIGILANCIA E S, CNPJ/CPF: 14.534.490/0001-10.
Aceite	29/04/2016 16:59:54	Aceite individual da proposta. Fornecedor: G.S.I. - GESTAO DE SEGURANCA I VIGILANCIA E S, CNPJ/CPF: 14.534.490/0001-10, pelo melhor lance de R\$ 91
Habilitado	29/04/2016 17:02:58	Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: G.S.I. - GESTAO DE SEGURA INTEGRADA - VIGILANCIA E S - CNPJ/CPF: 14.534.490/0001-10
Registro Intenção de Recurso	29/04/2016 17:23:39	Registro de Intenção de Recurso. Fornecedor: SITRAN EMPRESA DE SEGURAI CNPJ/CPF: 02005031000160. Motivo: Em atendimento ao princípio do contra ampla defesa, previsto no Art 5º Inciso LV da CF 1988, vimos pelo presente r nossa intenção de recurso por entedendermos que a
Registro Intenção de Recurso	29/04/2016 17:30:00	Registro de Intenção de Recurso. Fornecedor: ASC SERVICE SEGURANCA LTI 08875253000110. Motivo: Manifestamos intenção de recurso pelo contraditór defesa, pois a empresa vencedora não atende a todos os requisitos vinculado (exequibilidade) e habilitação (requisitos de
Intenção de Recurso Aceita	29/04/2016 17:51:05	Intenção de recurso aceita. Fornecedor: SITRAN EMPRESA DE SEGURANCA L 02005031000160. Motivo: Tendo em vista a tempestividade da intenção de r como houve menção a motivação, decido por aceita-la.
Intenção de Recurso Aceita	29/04/2016 17:51:12	Intenção de recurso aceita. Fornecedor: ASC SERVICE SEGURANCA LTDA, CN 08875253000110. Motivo: Tendo em vista a tempestividade da intenção de r como houve menção a motivação, decido por aceita-la.

**Intenções de Recurso para o Item**

<b>CNPJ/CPF</b>	<b>Data/Hora do Recurso</b>	<b>Data/Hora Admissibilidade</b>
08.875.253/0001-10	29/04/2016 17:30	29/04/2016 17:51
<b>Motivo Intenção:</b> Manifestamos intenção de recurso pelo contraditório e ampla defesa, pois a vencedora não atende a todos os requisitos vinculados a proposta (exequibilidade) e habilitação (qualificação técnica), os quais serão detalhados no recurso. <b>Motivo Aceite ou Recusa:</b> Tendo em vista a tempestividade da intenção de recurso bem com a motivação, decido por aceita-la.		
<b>CNPJ/CPF</b>	<b>Data/Hora do Recurso</b>	<b>Data/Hora Admissibilidade</b>
02.005.031/0001-60	29/04/2016 17:23	29/04/2016 17:51
<b>Motivo Intenção:</b> Em atendimento ao princípio do contraditório e da ampla defesa, previsto no art. 5º da CF 1988, vimos pelo presente manifestar a nossa intenção de recurso por entendermos que a empresa melhor colocada não atende aos requisitos mínimo previstos no edital de licitação. <b>Motivo Aceite ou Recusa:</b> Tendo em vista a tempestividade da intenção de recurso bem com a motivação, decido por aceita-la.		

**Troca de Mensagens**

	<b>Data</b>	<b>Mensagem</b>
Pregoeiro	28/04/2016 10:02:36	Srs. (as) Fornecedores, bom dia! Sou o Pregoeiro designado para conduzir o processo de licitação nº 5/2016. Iniciaremos nossos trabalhos dentro de instantes e em nome do pregoeiro gostaria de agradecer a todos pela participação.
Pregoeiro	28/04/2016 10:02:52	Srs. Fornecedores, vou iniciar o Exame de Conformidade das Propostas, favor aguardar.
Pregoeiro	28/04/2016 10:12:00	Houver uma desclassificação de uma proposta por seu valor ser considerado inferior ao valor mínimo.
Pregoeiro	28/04/2016 10:12:28	Srs. Fornecedores, deem seus lances com responsabilidade. Aqueles que não apresentarem proposta poderão ser penalizados.
Sistema	28/04/2016 10:14:04	O(s) Item(ns) 1 está(ão) em iminência até 10:24 de 28/04/2016, após isso ocorrerá o encerramento aleatório.
Pregoeiro	28/04/2016 10:21:39	Srs. Fornecedores, estamos chegando ao fim do tempo de iminência, envie sua proposta antes para não depender do tempo randômico.
Pregoeiro	28/04/2016 10:26:15	Srs. Fornecedores, entramos na fase aleatória e a qualquer momento o processo poderá encerrar, portanto envie o seu melhor lance.
Sistema	28/04/2016 10:30:19	O item 1 teve participação de Micro/Pequena Empresa optante pelo bônus de 10% no valor do lance complementar 123 de 12/12/2006 e poderá ter desempate dos lances após o encerramento de todos os itens. Mantenham-se conectados.
Sistema	28/04/2016 10:30:19	O(s) item(ns) 1 terá(ão) desempate(s) ME/EPP ou 7174 do(s) lance(s) vencedor(es) "Desempate ME/EPP/7174" e mantenham-se conectados.
Sistema	28/04/2016 10:30:19	Sr. Fornecedor ONLINE SEGURANCA PATRIMONIAL EIRELI - ME, CNPJ/CPF: 12983057000137, em cumprimento à Lei Complementar 123 de 14/12/2006, deve enviar ou desistir de apresentar lance final e único para o item 1, inferindo o vencedor, até às 10:35:19 de 28/04/2016.
Sistema	28/04/2016 10:35:38	O item 1 teve o 1º desempate ME/EPP encerrado às 10:35:19 de 28/04/2016, expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor ONLINE SEGURANCA PATRIMONIAL EIRELI - ME, CNPJ/CPF: 12983057000137.
Sistema	28/04/2016 10:35:38	Srs. Fornecedores, todos os itens estão encerrados. Será iniciada a fase de negociação das propostas. Favor acompanhar através da consulta "Acompanhar o andamento da licitação/aceitação/habilitação/admissibilidade"
Pregoeiro	28/04/2016 10:38:50	Sr. Fornecedores, iniciaremos a fase de negociação, por favor continuem aguardando.
Pregoeiro	28/04/2016 10:40:29	Para G.S.I. - GESTAO DE SEGURANCA INTEGRADA - VIGILANCIA E S - S, seguindo os ritos da legislação e o item 9.1 do Edital, solicitamos verificar a possibilidade de melhorar o seu preço.
14.534.490/0001-10	28/04/2016 10:42:34	Bom dia Sr. Pregoeiro. Este é o menor lance possível, sem possibilidade de melhorá-lo.
Pregoeiro	28/04/2016 10:44:42	Para G.S.I. - GESTAO DE SEGURANCA INTEGRADA - VIGILANCIA E S - Sr. Pregoeiro, com certeza que não há condição de uma reavaliação da sua planilha de custos para melhorar seus lances.
14.534.490/0001-10	28/04/2016 10:48:23	Sr. pregoeiro, o valor da estimativa dada pelo órgão já estava bem enxuto, não há uma maior redução do preço. Assim sendo não podemos reduzir o valor.
Pregoeiro		

	28/04/2016 10:51:37	Para G.S.I. - GESTAO DE SEGURANCA INTEGRADA - VIGILANCIA E S - Nes encaminhar a proposta, as planilhas de custo e se possível também os di habilitação. O prazo é de duas horas.
Sistema	28/04/2016 10:51:52	Senhor fornecedor G.S.I. - GESTAO DE SEGURANCA INTEGRADA - VIGI CNPJ/CPF: 14.534.490/0001-10, solicito o envio do anexo referente
14.534.490/0001-10	28/04/2016 10:53:37	ok! Encaminharemos dentro do prazo, senhor pregoeiro.
Sistema	28/04/2016 11:25:00	Senhor Pregoeiro, o fornecedor G.S.I. - GESTAO DE SEGURANCA INTEGRADA E S, CNPJ/CPF: 14.534.490/0001-10, enviou o anexo para o íte
Pregoeiro	28/04/2016 11:40:22	Para G.S.I. - GESTAO DE SEGURANCA INTEGRADA - VIGILANCIA E S - Sr. por precaução, como foi rápido o atendimento, gostaria que confirmasse a r os documentos que julga pertinentes ao atendimento do edit
Pregoeiro	28/04/2016 11:47:44	Para G.S.I. - GESTAO DE SEGURANCA INTEGRADA - VIGILANCIA E S - E
Pregoeiro	28/04/2016 11:50:03	Para G.S.I. - GESTAO DE SEGURANCA INTEGRADA - VIGILANCIA E S - Cc resposta vou considerar que sim.
Pregoeiro	28/04/2016 11:50:24	Srs. Fornecedores, estaremos suspendendo a sessão do Pregão para documentação entregue e retornaremos no dia 29/04/2016, às 15h00 Brasília/DF), para podermos dar continuidade aos trabalhos
Pregoeiro	29/04/2016 15:01:57	Srs. Licitantes, boa tarde! Neste momento, estamos reabrindo a sessão 5/2016.
Pregoeiro	29/04/2016 15:03:14	Para G.S.I. - GESTAO DE SEGURANCA INTEGRADA - VIGILANCIA E S - Sr. análise da documentação feita juntamente com a área demandante da observa-se a necessidade de adequação em dois pontos da sua propi procedimento é previsto e permitido no item 9.6.2 do Edital, em que diz preenchimento da proposta NÃO SÃO motivo suficiente para desclas
Pregoeiro	29/04/2016 15:04:23	Para G.S.I. - GESTAO DE SEGURANCA INTEGRADA - VIGILANCIA E S - S licitante deverá ajustar o item pertinente aos percentuais de provisionamei subitem 14.28.1.5 do Termo de Referência que prevê que a forma de cálcul percentuais indicados no anexo VII da IN SLTI/MPOG nº 02/2008, modif SLTI/MPOG nº 03, de 15/10/2009.
Pregoeiro	29/04/2016 15:05:15	Para G.S.I. - GESTAO DE SEGURANCA INTEGRADA - VIGILANCIA E S - Tz ajustar o valor do Seguro de vida ao valor previsto na Convenção Coletiva categoria de vigilantes.
Pregoeiro	29/04/2016 15:06:56	Para G.S.I. - GESTAO DE SEGURANCA INTEGRADA - VIGILANCIA E S - O p horas.
Sistema	29/04/2016 15:07:14	Senhor fornecedor G.S.I. - GESTAO DE SEGURANCA INTEGRADA - VIGI CNPJ/CPF: 14.534.490/0001-10, solicito o envio do anexo referente
14.534.490/0001-10	29/04/2016 16:20:31	Sr. pregoeiro, boa tarde! Informamos que o valor cotado para o item segu como amparo os valores contidos no contrato de apólice de seguro aos em apólice garante as devidas coberturas previstas na CCT/2016 da referic conforme documentos em anexo
14.534.490/0001-10	29/04/2016 16:22:35	Assim sendo encaminharemos novo arquivo.
Sistema	29/04/2016 16:31:06	Senhor Pregoeiro, o fornecedor G.S.I. - GESTAO DE SEGURANCA INTEGRADA E S, CNPJ/CPF: 14.534.490/0001-10, enviou o anexo para o íte
Pregoeiro	29/04/2016 16:41:46	Aguardem enquanto fazemos a analise.
Pregoeiro	29/04/2016 16:59:43	Srs. licitantes, após analise da retificação, a proposta agora será
Pregoeiro	29/04/2016 17:02:02	Como os documentos de habilitação já foram analisados e elas atenden também será habilitada e declarada vencedora.
Pregoeiro	29/04/2016 17:02:40	Srs. Fornecedores, aproveito a oportunidade e agradeço em nome da E participação de todos no presente certame,
Sistema	29/04/2016 17:02:58	Srs. Fornecedores, está aberto o prazo para registro de intenção de reci itens/grupos na situação de 'aceito e habilitado' ou 'cancelado na a
Pregoeiro	29/04/2016 17:03:36	Foi informado o prazo final para registro de intenção de recursos: 29/04/20

## Eventos do Pregão

### Evento

### Data/Hora

### Observações



Suspensão Administrativa	28/04/2016 11:51:29	Previsão de Reabertura: 29/04/2016 15:00:00. Motivo: Para análise da entregue.
Reativado	29/04/2016 15:00:44	
Abertura de Prazo	29/04/2016 17:02:58	Abertura de prazo para intenção de recurso
Informado Fechamento de Prazo	29/04/2016 17:03:36	Fechamento de prazo para registro de intenção de recurso: 29/04/2016

Data limite para registro de recurso: 04/05/2016.

Data limite para registro de contra-razão: 09/05/2016.

Data limite para registro de decisão: 16/05/2016.

Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos resp divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal conforme preconiza o artigo 26, do Lei 8663/93. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 17:56 horas do dia 29 de abril de 2016, cuja ata foi lavrada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

FERNANDO PAI  
**Pregoeiro Oficial**

---

EDMILSON SANTOS DE SOUZA  
**Equipe de Apoio**

---



**Voltar**





**EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2016**

**PROCESSO Nº 72100.000179/2016-53**

**TERMO DE RETIRADA DE EDITAL**

EMPRESA	
ENDEREÇO	
CNPJ	
TELEFONE	
E-MAIL	

Obs.: **Preenchimento em “letra de forma”.**

**ATENÇÃO:** Os interessados que retirarem o edital pela **Internet** **DEVERÃO ENCAMINHAR ESTE TERMO DE RETIRADA**, devidamente preenchido, ao Pregoeiro, por e- mail: [pregoeiro@embratur.gov.br](mailto:pregoeiro@embratur.gov.br)

Caso o Edital e demais anexos sejam retirados na Divisão de Contratos e Editais (DCE), mediante comprovação da indenização, para fim de ressarcimento de despesas relativas ao custo efetivo da impressão, conforme previsto no §5º, artigo 32 da Lei 8.666/93, sendo que o valor será o mesmo cobrado no nosso contrato de serviços de impressão.

Para retirar cópia do Edital deverá ser apresentada a Guia de Recolhimento da União – GRU, devidamente autenticada pela instituição financeira, pela qual se comprove o pagamento do valor estipulado. Dados para geração da GRU:

Sítio: [http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru\\_novosite/gru\\_simples.asp](http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru_novosite/gru_simples.asp)

UG: 185001

Gestão: 18203

Código de Recolhimento: 68.888-6

Campo de Referência: xx/xxxx (mês/ano)

Valor: R\$ xx,xx (xxxxxx)

O edital também poderá ser obtido por meio do sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), de forma gratuita.

Brasília, xx de xxxxxxxxxxxxxxxx de 2016

---

Nome do Responsável da Empresa





## EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2016

### PROCESSO Nº 72100.000179/2016-53

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo, com endereço no Setor Comercial Norte - SCN, Quadra 02, Bloco G, Brasília-DF – CEP 70.712-907, mediante o Pregoeiro, designado pela Portaria nº 64, de 14 de julho de 2015, publicada no D.O.U do dia 15 de julho de 2015, realizará a presente licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICO**, do tipo menor preço global, conforme as condições estabelecidas e descritas neste edital e seus anexos.

#### 1. DA ABERTURA DA SESSÃO

1.1 – A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, dirigida por um Pregoeiro, a ser realizada conforme indicado abaixo, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

**DATA DA ABERTURA: 28/04/2016**

**HORA: 10:00h. (horário de Brasília/DF)**

**LOCAL:** no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** a partir da data da divulgação do Edital no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

#### 2. LEGISLAÇÃO

2.1 - Esta licitação observará as condições estabelecidas no presente Edital, bem como os preceitos do direito público, em especial as disposições da:

- a) **Lei nº 8.666**, de 21 de junho de 1993;
- b) **Lei nº 10.520**, de 17 de julho de 2002;
- c) **Lei Complementar nº 123**, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações;
- d) **Decreto nº 5.450**, de 31 de maio de 2005;
- e) **Decreto nº 3.722**, de 09 de janeiro de 2001;
- f) **Decreto nº 8.538**, de 06 de outubro de 2015;
- g) **Decreto nº 3.784**, de 06 de abril de 2001;
- h) **IN SLTI/MPOG nº 01**, de 19 de janeiro de 2010;
- i) **IN SLTI/MPOG nº 02**, de 30 de abril de 2008, e suas alterações;
- j) **IN SLTI/MPOG nº 02**, de 11 de outubro de 2010, e suas alterações;

#### 3. DO OBJETO:

3.1 – O presente Edital tem por objetivo a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância armada, a serem executados de forma contínua, no âmbito da EMBRATUR Instituto Brasileiro de Turismo, Brasília – DF.

#### 4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1 – Poderão participar deste Pregão entidades empresariais cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11/10/2010 e que atendam todas as exigências deste Edital e seus Anexos.

##### **4.2 – Não poderão participar desta licitação:**

4.2.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.3 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.4 que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.5 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio.

**4.3 – Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:**

4.3.1 – que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.3.1.1 – a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte;

4.3.2 – que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

4.3.3 – que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.3.4 – que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.5 – que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.4 – O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

## **5. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO**

5.1 – O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

5.2 – O credenciamento do licitante, bem assim a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação (Decreto 5.450/2005).

5.3 – O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

5.4 – O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a EMBRATUR responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.5 – A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

## **6. DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

6.1 - O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcado para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas:

6.1.1 - até a abertura da sessão (que ocorrerá em data fixada no edital, respeitando o prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis após a sua publicação), as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

6.1.2 - O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances (Art. 13, inc. III, Decreto nº 5.450/05).

6.1.3 – Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

6.2 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.3 - Como requisito para a participação no pregão o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.

6.4 - O licitante deverá enviar proposta para sua totalidade, sob pena de desclassificação da

proposta.

6.5 – As propostas de preços deverão conter indicação expressa de que o preço cotado inclui todos os custos e despesas inerentes à execução do serviço, tais como: taxas, fretes, impostos, encargos sociais e trabalhistas, seguros, disponibilização de equipamentos e embalagens e tudo mais que possa influir direta ou indiretamente no custo, para perfeita execução do serviço entendido que a omissão ou a não indicação explícita de despesa constituirão declaração de que todas as despesas já estão inclusas.

6.5.1 – O imposto de renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, que não podem ser repassados à Administração, não serão incluídos na proposta de preços apresentada.

6.5.2 - Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI, o licitante deverá incluir, no campo das condições da proposta do sistema eletrônico, o valor correspondente à contribuição prevista no art. 18-B da Lei Complementar n. 123, de 2006.

6.6 – A CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

6.7 - O envio da proposta implica a aceitação plena deste Edital e de seus termos, não cabendo qualquer alegação posterior quanto ao não entendimento do mesmo, em qualquer fase do processo licitatório ou da execução contratual.

6.8 - As propostas dos Licitantes deverão ter validade de no mínimo 60 (sessenta) dias.

## **7. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

7.1 - A proposta vencedora ajustada ao lance final e os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF, inclusive quando houver necessidade de envio de anexos, deverão ser remetidos para o endereço eletrônico: [pregoeiro@embratur.gov.br](mailto:pregoeiro@embratur.gov.br) ou pelo sistema do site: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), no prazo de 2 (duas) horas, contados da solicitação do Pregoeiro:

7.1.1 – A proposta e os documentos e anexos remetidos por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, desde que a empresa tenha sido habilitada, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da solicitação do Pregoeiro.

7.1.2 – Os documentos solicitados acima deverão ser entregues no Protocolo da EMBRATUR, endereçados ao Pregoeiro designado para o certame, devidamente identificado com o nº do pregão, situado na SCN Quadra 2, Bloco “G”, subsolo.

7.1.3 – Será inabilitada a Licitante que deixar de apresentar, de acordo com o exigido acima, qualquer documento solicitado, ou apresentá-lo em desacordo com o estabelecido neste Edital.

7.1.4 - Os documentos encaminhados para habilitação deverão estar em nome da licitante, e, preferencialmente, com o número do CNPJ e o respectivo endereço;

7.1.5 - Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.2 - Juntamente com a proposta vencedora deverá ser apresentado o seguinte:

7.2.1 - declaração de que nos preços propostos estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, tais como salários, encargos sociais, trabalhistas, tributos incidentes, taxas de administração, materiais, lucro, prêmios de seguro e quaisquer outros encargos necessários ao cumprimento integral do objeto da licitação;

7.2.2 - constar razão social, CNPJ, endereço completo, telefone, fax, banco, agência e nº da conta corrente onde deseja receber seus créditos; e nome completo **do responsável/sócio majoritário**, cargo, CPF e C.I do representante legal, inclusive para assinar o contrato.

## **8. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES**

8.1 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

8.2 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de

aceitação dos mesmos.

8.3 - Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

8.4 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.5 - Lances de valor zero ou irrisório (descontos iguais ou aproximados a 100%) serão considerados manifestamente inexecutáveis.

8.6 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do maior lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

8.7 - No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances:

8.7.1 - O pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;

8.7.2 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes.

8.8 - A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de 01 (um) a 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances:

8.8.1 - Caso o sistema não emita o aviso de fechamento iminente, o pregoeiro se responsabilizará pelo aviso de encerramento aos licitantes.

8.9 - Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204, de 2007.

8.9.1. Como condição prévia à aceitação da proposta, caso o licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar tenha usufruído do tratamento diferenciado previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, o Pregoeiro poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal, seção “Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)”, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ele recebidas, no exercício anterior, extrapola o limite de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), previsto no artigo 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3º, § 2º, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado.

8.10 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.11 - A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.12 - Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.12.1 - Caso não se ofertem lances e sejam identificadas propostas de preços idênticos de microempresa ou empresa de pequeno porte empatadas na faixa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor cotado pela primeira colocada, e permanecendo o empate até o encerramento do item, o sistema fará sorteio eletrônico entre tais fornecedores, definindo e convocando automaticamente o vencedor para o encaminhamento da oferta final de desempate.

8.12.1.1. Somente após o procedimento de desempate fictício, quando houver, e a classificação final dos licitantes, será cabível a negociação de preço junto ao fornecedor classificado em primeiro lugar.



## **9 - DO PROCEDIMENTO, JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

9.1 - Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro julgará a proposta de menor preço global e poderá encaminhar contrapropostas diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação:

9.1.1 - A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.2 - Quando houver participação nesta licitação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte, considerar-se-á empate quando a proposta de menor valor dessas empresas for igual ou até 5% (cinco por cento) acima da proposta classificada em primeiro lugar, em conformidade com os art. 44 e art. 45, da Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006:

9.2.1 - Em isso ocorrendo, e se a proposta classificada em primeiro lugar não tiver sido apresentada por microempresas ou empresas de pequeno porte, será procedido da seguinte forma:

9.2.1.1 - Classificação das propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se enquadrem na situação prevista no item 9.2;

9.2.1.2 - Convocação da microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor valor dentre as classificadas na forma do subitem 9.2.1.1 para que no prazo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento dos lances, apresente proposta obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, considerada vencedora, sob pena de preclusão.

9.2.1.3 - Não sendo apresentada proposta pela microempresa ou empresa de pequeno porte, na situação do subitem 9.2.1.2, serão convocadas, na ordem e no mesmo prazo, as propostas remanescentes, classificadas na forma do subitem 9.2.1.1, para o exercício do mesmo direito;

9.2.2 - No caso de propostas iguais apresentadas por microempresas e/ou empresas de pequeno porte, no intervalo previsto no item 9.2, será realizado sorteio para selecionar aquela que apresentará primeiro a melhor oferta;

9.2.3 - Caso não ocorra contratação nos termos previstos neste item 9.2 e seus subitens, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

9.3 - Será selecionada a proposta, que apresentar menor preço e que atenda as demais exigências deste Edital.

9.4 - Analisada a aceitabilidade dos preços obtidos, o Pregoeiro divulgará o resultado de julgamento das Propostas de Preços do licitante.

9.5 - O pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação e sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

9.5.1 - Os preços não poderão ultrapassar o valor máximo da contratação definido no Edital.

9.5.2 - As propostas serão julgadas, segundo o critério de menor preço global.

9.5.3 - Na planilha de preços deverá constar os valores unitários, para servir de parâmetro na composição dos preços e dos custos de cada item a ser contratado.

9.6 - O licitante deverá imediatamente encaminhar a planilha de custo e formação de preços, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico.

9.6.1 - Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

9.6.2 - Erros no preenchimento da planilha não são movidos suficientes para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação.

9.6.3 - O Pregoeiro também poderá solicitar ao licitante que envie imediatamente documento contendo o detalhamento da proposta, para fins de verificação de sua exequibilidade, por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu anterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.7 - Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital e seus anexos.

9.7.1 - Ocorrendo a situação a que se refere o item anterior, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.8 – Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências contidas neste Edital, assim como as que:

9.8.1 – contenham vícios ou ilegalidades;

9.8.2 – não apresentem as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

9.8.3 – apresentarem preços finais superiores ao valor máximo estabelecido no valor de referência;

9.8.4 – apresentarem preços que sejam manifestamente inexequíveis; e

9.8.5 – não vierem a comprovar sua exequibilidade, em especial em relação ao preço e a produtividade;

9.8.5.1 – Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados, para o item, e se a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos e formação de preços, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta;

9.8.5.2 – A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos e formação de preços, desde que não contrariem instrumentos legais, não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta;

9.8.5.3 – Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do art. 43 da Lei nº 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

a) questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade, está sendo providência de caráter obrigatório;

b) pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

c) verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

d) pesquisa de preço com fornecedores da área;

e) demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

9.8.6 – Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

9.9 – O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do PREGÃO.

## 10. DA HABILITAÇÃO

10.1 – Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)).

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

10.2 – A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/92, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.3 – Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.4 – O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e à qualificação econômica financeira, conforme disposto nos arts. 4º, *caput*, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010 e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas junto a Justiça do Trabalho.

10.4.1 – Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões,

especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

10.4.2 – Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 2 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006

10.5 – Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar documentações relativa à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal/Trabalhista e Qualificação Econômico-Financeira nas condições seguintes:

**10.5.1 – Regularidade Jurídica**

10.5.1.1 – No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.5.1.2 – No caso de sociedade empresarial ou empresa individual de responsabilidade limitada- EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.5.1.3 – Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

10.5.1.4 – Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

10.5.1.5 – No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoa Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registros do Comércio – DNRC.

10.5.1.6 – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país - decreto de autorização.

10.5.1.7 – Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.5.1.8. - Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br).

**10.5.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

10.5.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.5.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.5.2.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.5.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.5.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, Distrital do domicílio ou sede do licitante;

10.5.2.7 Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.5.2.8. O licitante enquadrado como Microempreendedor Individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da

apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

### **10.5.3 – Relativos à Qualificação Econômico Financeira**

10.5.3.1 – Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

10.5.3.2 – Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

a) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

10.5.3.3 – Comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} \\ \text{LG} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Total}} ; \\ \text{SG} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Circulante}} ; \\ \text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} ; \end{aligned}$$

10.5.3.4 – As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

### **10.6 – Relativos à qualificação de Habilitação Técnica:**

10.6.1 A licitante deverá ter pleno conhecimento das especificações constantes no Termo de Referência, anexo I deste edital, notadamente das condições gerais e particulares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da formulação da proposta e do integral cumprimento do ajuste.

10.6.2 O licitante apresentará:

10.6.2.1 Autorização ou revisão de autorização para funcionamento concedida pelo Departamento de Polícia Federal, na atividade objeto desta contratação, conforme estabelece a Lei 7.102, de 20.06.83, Decreto nº 89.056, de 24.11.83 e Portaria nº 387/2006 - DPF/MJ de 28.08.2006.

10.6.2.2 01 (um) ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m) a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, demonstrando que a licitante administra ou administrou serviços terceirizados, com, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do número de empregados que serão necessários para suprir os postos contratados em decorrência desta licitação;

10.6.2.2.1 Será aceito o somatório de atestado(s) e/ou declaração(ões) de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica.

10.6.2.3 Cópia(s) de contrato(s), atestado(s), declaração(ões), registro(s) oficial(is) ou outros documentos idôneos que comprove(m) que a licitante possui experiência mínima de 3 (três) anos, ininterruptos ou não, na prestação de serviços terceirizados, semelhantes ao objeto desta licitação;

10.6.2.3.1 Será aceito o somatório de documentos para comprovação da experiência, sendo que os períodos concomitantes serão computados uma única vez.

10.6.2.4 As licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados.

10.6.2.5 Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

10.6.2.6 O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá(ao) se referir a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária especificadas no contrato social registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas Jurídicas



da Receita Federal do Brasil – RFB.

10.6.3 - Se a menor proposta ofertada for de microempresa ou empresa de pequeno porte e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à Regularidade Fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, comprovar a regularização. A prorrogação do prazo previsto poderá ser concedida, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa. (Decreto nº 8.538/2015, art. 4º§1º e § 3º).

10.6.4 - Constatada a ocorrência de qualquer das situações de extrapolamento do limite legal, o Pregoeiro indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a negativa do prazo de regularização e consequente inabilitação, sem prejuízo das penalidades incidentes.

10.6.5 - A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal, será concedido o mesmo prazo para regularização;

10.6.6 - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma;

10.6.7 - Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital;

10.6.8 - No caso de inabilitação haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente;

10.6.9 - Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico;

## **11. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS**

11.1 - Os pedidos de esclarecimentos referentes a este Pregão deverão ser enviados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via Internet, no endereço [pregoeiro@embratur.gov.br](mailto:pregoeiro@embratur.gov.br).

11.2 - Os esclarecimentos formulados pelos interessados serão respondidos pelo Pregoeiro e serão divulgados via Internet, através do endereço [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

11.3 - Não deverão ser considerados pelos licitantes, na elaboração de suas propostas, quaisquer esclarecimentos obtidos de forma diferente da citada nos subitens anteriores.

## **12. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

12.1 - As impugnações do ato convocatório, deverão ser manifestadas por meio eletrônico, no endereço [pregoeiro@embratur.gov.br](mailto:pregoeiro@embratur.gov.br), no horário de 08h30 às 11h30 e de 14h00 às 17h30, de segunda à sexta-feira, em dias úteis.

12.2 - Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para impugnar o ato convocatório deste Pregão.

12.3 - Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, com o apoio dos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência e Edital.

12.4 - Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12.5 - As impugnações apresentadas intempestivamente não serão levadas em consideração.

## **13. DOS RECURSOS**

13.1 - O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de Regularização Fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte se for o caso, concederá o prazo de no mínimo 30(trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

13.1.1 - Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.1.2- Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.2 - A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito e a consequente adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao licitante vencedor.

13.2.1 - Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de (03) três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros (03) três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.3 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.4 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no local e endereço constante neste edital.

#### **14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

14.1 - O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2 - Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

#### **15. DO TERMO DO CONTRATO**

15.1 - Após a homologação pela autoridade competente, o licitante vencedor será convocado para assinar o contrato no prazo de 10 (dez) dias úteis, nas condições estabelecidas, sob pena de decair do direito à contratação.

15.2 - Antes da assinatura do contrato serão feitas consultas ao SICAF, CNDT e CADIN e os resultados anexados ao processo.

15.3 - É facultado à EMBRATUR, quando a adjudicatária não comparecer no prazo estipulado no subitem anterior, ou, injustificadamente, não apresentar situação regular de habilitação no ato da contratação, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, serem contratados, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o disposto no item 25 deste edital.

15.4 - O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, durante o seu transcurso, quando solicitado pelo licitante vencedor, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela EMBRATUR.

15.5 - A Minuta de Contrato que acompanha este Edital poderá sofrer alteração para adequá-lo, no que couber, às condições apresentadas pelo licitante vencedor, desde que não sejam contrárias ao Edital, onerem a EMBRATUR e nem representem desvios.

15.6 - O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado sua duração a 60 (sessenta) meses, na forma da legislação aplicável e durante a vigência contratual.

15.7 - Decorrido 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, caso não ocorra convocação para assinatura do termo de contrato, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

#### **16. DAS PRATICAS DE SUSTENTABILIDADE**

16.1 - Conforme descrito no item 28, do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

#### **17. DAS DESCRIÇÕES DOS SERVIÇOS**

17.1 – Conforme descrito no item 9, do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

#### **18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

18.1 - As obrigações da Contratada e da Contratante são as estabelecidas nos itens 14 e 15, do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

#### **19. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

19.1 – Para a execução dos serviços objeto desta contratação, estima-se a despesa em **R\$ 977.108,40 (novecentos e setenta e sete mil, cento e oito reais e quarenta centavos)**, com

base na pesquisa de preços de acordo com o mapa comparativo e nota técnica nos autos.

## **20. DO PAGAMENTO**

20.1 - Conforme descrito no item 18, do Termo de Referência, anexo I deste Edital.

## **21. DA REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO FINANCEIRO**

21.1 – Conforme descrição no item 24 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital e minuta do contrato.

## **22. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

22.1 - As despesas decorrentes da presente aquisição objeto desta contratação correrão à conta do Orçamento Geral da União, para o exercício de 2016, mediante emissão de Nota de Empenho para menção do crédito, conforme Programa de Trabalho nº 23.122.2128.2000.0001; Natureza de Despesa – 33.90.39, Fonte 0100.

## **23. DA GARANTIA**

23.1 - Conforme descrito no item 23 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital e minuta do contrato.

## **24. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

24.1 - Os serviços serão executados em Brasília-DF, localizados nos seguintes endereços:

24.1.1 EDIFÍCIO SEDE - SETOR COMERCIAL NORTE, BLOCO “G” – BRASÍLIA-DF.

24.1.2 ALMOXARIFADO DE MATERIAL PROMOCIONAL E ARQUIVO SCIA – SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO QUADRA 14, CONJUNTO 3, LOTE 1, CIDADE DO AUTOMÓVEL – BRASÍLIA-DF.

## **25. DAS SANÇÕES**

25.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

25.1.1 Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

25.1.2 Apresentar documentação falsa;

25.1.3 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

25.1.4 Não manter a proposta;

25.1.5 Cometer fraude fiscal;

25.1.6 Comportar-se de modo inidôneo;

25.1.7 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

25.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

25.3 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

25.3.1 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado;

25.3.2 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

25.4 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

25.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

25.6 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

25.7 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

25.8 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

## **26. DA CONTA VINCULADA PARA QUITAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS**

26.1 – Conforme descrição no item 19 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

## **27. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

27.1 – A EMBRATUR reserva-se o direito de, por despacho fundamentado da autoridade competente, em qualquer tempo, adiar ou revogar a licitação por interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, sem que aos licitantes caiba o direito a reclamação ou qualquer pedido de indenização, ressalvado o disposto no parágrafo único do Art. 59, da Lei nº 8.666/93.

27.2 – Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a EMBRATUR não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

27.3 - O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar dos licitantes em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

27.4 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, será excluído o dia do início e incluído o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

27.5 - Só se iniciam e vencem os prazos, referidos no subitem anterior, em dia de expediente da EMBRATUR.

27.6 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

27.7 - No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

27.8 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

27.9 - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro Contrato.

27.10 - Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da legislação pertinente.

27.11 – Em caso de divergência entre disposições deste Edital e seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

27.12 - Acompanham este edital os seguintes anexos:

**Anexo I** – Termo de Referência

**Anexo II** – Modelo de proposta de preços

**Anexo III** – Minuta de Contrato

27.13 – O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: [www.comprasgorvenamentais.gov.br](http://www.comprasgorvenamentais.gov.br), e também poderão ser lidos e /ou obtidos no endereço SCN Quadra 02 Bloco G- CEP 70.712-907 – Divisão de Contratos e Editais, nos dias úteis, no horário das 8:30 às 11:30 e 14:30 as 17:30 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativos permanecerão com vista franqueada aos interessados.

## **28. DO FORO**

28.1 - O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Seção Judiciária do Distrito Federal- Justiça Federal, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Brasília-DF, de de 2016.

**Thaís Bicalho Rodrigues**  
**Diretora de Gestão Interna Substituta**



**EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2016**  
**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO**

1.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância armada, a serem executados de forma contínua, no âmbito da EMBRATUR Instituto Brasileiro de Turismo, Brasília – DF.

**2. JUSTIFICATIVA**

2.1 Trata-se de serviço essencial para a Administração, visando à segurança com o patrimônio público (instalações, equipamentos, material, patrimônio e acervo documental) bem com a integridade dos servidores e do público em geral, no Edifício-sede e no galpão de material promocional.

2.2 As disposições contidas na Lei nº 9.632, publicada no DOU de 08/05/98, que trata da extinção de Cargos da Administração Pública Federal, dispõe que a contratação das atividades correspondentes poderão ser objeto de execução indireta. O Decreto nº 2.271/97 e a IN SLTI/MPOG nº 02/2008, com suas alterações, disciplinam a contratação e a execução indireta dos serviços de vigilância e segurança patrimonial, cuja categoria profissional não mais ingressará na Administração Pública Federal, visto que não haverá concurso público para o provimento destes cargos.

2.3 Tendo em vista que a principal missão das atividades meio e apoio operacional é garantir a operacionalização integral das atividades finalísticas de forma contínua. A execução dessas tarefas que, embora sejam consideradas auxiliares, são imprescindíveis para o funcionamento das organizações, como é o caso dos serviços continuados de vigilância e segurança patrimonial.

2.4 Os serviços a serem contratados são de natureza contínua e absolutamente essenciais para o desempenho regular das atividades praticadas no âmbito da EMBRATUR, uma vez que objetivam a preservação do patrimônio público e a segurança dos funcionários e públicos em geral, cuja interrupção poderá comprometer a continuidade das atividades da Administração.

**3. DO FUNDAMENTO LEGAL**

3.1 A contratação de pessoa jurídica, para a prestação de serviços objeto deste Termo de Referência, encontra amparo legal no procedimento licitatório na Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002; Decreto n.º 3.784 de 06 de abril de 2001, 5.450, de 31 de maio de 2005, que instituem e regulamentam a modalidade de Pregão e Pregão Eletrônico, ainda, a IN/MARE n.º 05, de 21 de julho de 1995; IN/MOG n.º 02, de 30 de abril de 2008 e subsidiariamente, pela Lei n.º 8.666/93, atual redação.

**4. DA LOCALIZAÇÃO DOS POSTOS DE SERVIÇOS**

4.1 Os serviços, objeto deste Termo de Referência, serão executados em Brasília-DF, localizados nos seguintes endereços:

1) EDIFÍCIO SEDE - SETOR COMERCIAL NORTE, BLOCO “G” – BRASÍLIA-DF.

2) ALMOXARIFADO DE MATERIAL PROMOCIONAL E ARQUIVO  
SCIA – SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO  
QUADRA 14, CONJUNTO 3, LOTE 1, CIDADE DO AUTOMÓVEL – BRASÍLIA-DF.



## **5. DA UNIDADE DE MEDIDA**

5.1 Nos serviços de vigilância, a unidade de medida adotada consiste em postos de vigilância, conforme estabelece a Instrução Normativa nº 2/2008 e neste objeto serão contratadas as seguintes escalas de trabalho:

5.1.1 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes; em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.

5.1.2 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.

## **6 DO QUANTITATIVO/PERFIL E ESTIMATIVA DOS POSTOS**

6.1 Os serviços deverão ser prestados, de acordo com os quantitativos e horários abaixo determinados:

6.1.1 03 (três) postos de vigilância ostensiva armada, diurna, de 12 (doze) horas ininterruptas de segunda a domingo, inclusive feriados, sendo 02 (dois) no Edifício Sede e 01 (um) no Almoxarifado de Material Promocional e Arquivo, no SCIA – Quadra 14, Conjunto 3, lote 1, Cidade do Automóvel, Brasília-DF;

6.1.2 03 (três) postos de vigilância ostensiva armada, noturna, de 12 (doze) horas ininterruptas de segunda a domingo, inclusive feriados, sendo 02 (dois) no Edifício Sede e 01 (um) no Almoxarifado de Material Promocional e Arquivo, no SCIA – Quadra 14, Conjunto 3, lote 1, Cidade do Automóvel, Brasília-DF;

- A contratação nas quantidades indicadas para o edifício-sede justifica-se tendo em vista que o edifício tem duas entradas, a principal e a garagem. Pela localização do edifício que existe uma grande concentração de pessoas, em razão da proximidade de um shopping e uma boate. Pela necessidade de rondas, que requer o desdobramento dos vigilantes, nas portarias e em outras localidades, bem como para o cumprimento das atribuições elencadas no item 9 deste Termo de Referência. A quantidade prevista para o Almoxarifado de Material Promocional é a mínima.

## **7 - OS OBJETIVOS FUNDAMENTAIS DA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA SÃO:**

7.1 Garantir a integridade física do patrimônio e das instalações da EMBRATUR decorrente da ação de terceiros ou de pessoas da própria instituição, a qualquer hora, no âmbito de trabalho;

7.2 Assegurar a integridade do acervo patrimonial da EMBRATUR, não permitindo a sua depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que redundem em dano ao patrimônio;

7.3 Acionar os dispositivos de segurança em casos de incêndio e qualquer fato, ocorrência ou fenômeno que coloquem em risco os servidores, os serviços, o patrimônio e a instituição com um todo, dando imediato conhecimento à Administração.

7.4 Garantir a segurança dos servidores, terceirizados, estagiários e demais colaboradores nas dependências do Edifício da EMBRATUR.

## **8 DAS INSTALAÇÕES**

8.1 A EMBRATUR oferecerá à CONTRATADA o espaço físico necessário para instalação de postos de operações, controle e acompanhamento das atividades de Vigilância na EMBRATUR e demais áreas físicas cobertas pela presente contratação.

## 9 DESCRIÇÕES DOS SERVIÇOS

9.1 O trabalho de vigilante será realizado com base em postos previamente estabelecidos pela Administração os quais, a critério desta, poderão ser remanejados, traçados, modificados ou substituídos no todo ou em parte, nos restritos limites estabelecidos pela norma em vigor;

9.2 As atividades dos vigilantes serão coordenadas pelo Supervisor da Empresa que, por sua vez, receberá instruções da CONTRATADA por intermédio do Gestor do Contrato, designado nos termos da Norma em vigor;

9.3 O vigilante deverá cumprir fielmente as atribuições descritas a seguir, sem prejuízo de outras responsabilidades previstas em norma específica:

9.3.1 Proibir o ingresso de pessoas, vendedores, pedintes, angariadores de donativos, ambulantes e assemelhados às instalações, sem que estes sejam devidos e previamente autorizados pela CONTRATANTE;

9.3.2 Proibir qualquer aglomeração de pessoas junto ao Posto, comunicando o fato ao Supervisor do Posto e ao Fiscal do Contrato, no caso de desobediência;

9.3.3 Proibir qualquer tipo de atividade comercial junto ao Posto e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança das instalações ou comprometa o regular andamento dos serviços contratados;

9.3.4 Assumir diariamente o Posto, devidamente uniformizado e com aparência pessoal adequado ao exercício da função, devendo estar até 05 (cinco) minutos antes do horário previsto para o início da jornada de trabalho e de posse de acessórios, tais como: lápis ou caneta, bloco de papel e outros específicos ao desempenho do trabalho, principalmente o livro de ocorrência e rádio HT;

9.3.5 Receber de maneira polida e educada a clientela, informando-a e orientando-a sempre que solicitado, dirigindo-a, rapidamente, ao local e/ou repartição pretendida;

9.3.6 Manter-se no Posto de trabalho, não devendo se afastar dos seus afazeres, para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;

9.3.7 - Verificar, diariamente, portas e janelas, constatando se estão devidamente fechadas;

9.3.8 Verificar, diariamente, se os aparelhos elétricos estão desligados, salvo aqueles para os quais haja instruções em contrário;

9.3.9 - Registrar, diariamente, a permanência de pessoas na repartição;

9.3.10 Deixar iluminada, nos pontos pré-determinados, áreas físicas da EMBRATUR, verificando, diariamente, se as demais luzes da EMBRATUR estão apagadas, na forma e condições estabelecidas pela EMBRATUR;

9.3.11 Verificar por ocasião de cada vistoria regular na EMBRATUR, a existência de objeto(s) abandonado(s) (pacotes, embrulhos, etc.) e, uma vez considerado(s) suspeito(s), adotar as providências preventivas de segurança, recomendadas pela norma estabelecida para a espécie;

9.3.12 Efetuar vistoria na EMBRATUR e quando da troca de turnos, acompanhado de seu substituto, comunicando-lhe quaisquer irregularidades ocorridas, as quais deverão ser anotadas em formulário próprio, antes de proceder à entrega das chaves que lhe tenham sido confiados;

9.3.13 - Impedir a saída de volumes e/ou materiais, em todo e qualquer acesso das instalações, sem a devida autorização;

9.3.14 - Proceder a identificação e registro da entrada de qualquer servidor nas dependências da EMBRATUR, quando o procedimento ocorrer fora do horário de expediente, exigindo a expressa autorização para o ingresso, tudo de acordo com as normas de segurança interna;

9.3.15 Não permitir, sob nenhuma hipótese ou alegação, a entrada de qualquer pessoa em traje incompatível com o ambiente de trabalho, para cuja ocorrência deverá ser acionada o Supervisor da Segurança, salvo quando ficar caracterizada situação de emergência, com potencial risco de vida e reconhecida necessidade de pronto atendimento/socorro médico;

9.3.16 Não permitir, nas dependências da EMBRATUR sob nenhuma hipótese, o acesso de animais, qualquer que seja a espécie, sem a autorização expressa da autoridade competente;

9.3.17 Não permitir a entrada de qualquer pessoa que apresente situação de embriaguez, suspeição de estar sob o efeito de droga, narcótico ou que apresente condição de visível instabilidade emocional, situação que deverá ser submetida à apreciação do Supervisor da Segurança, quando então avaliará a possibilidade de acesso ou o imediato encaminhamento para avaliação policial ou médica, se for o caso, ouvido o Gestor do futuro contrato;

9.3.18 Não permitir a entrada de quaisquer materiais tóxicos, poluentes, corrosivos ou outros nocivos à saúde, sem antes submetê-los à apreciação do Supervisor da Segurança;

9.3.19 Não permitir a entrada de embrulho(s), volume(s), pacote(s), mala(s), bolsa(s), sacola(s), ou outro(s) assemelhado(s), nos casos em que o portador ofereça resistência, exibir o conteúdo do(s) mesmo(s), ocorrência que será imediatamente levada ao conhecimento do Supervisor da Segurança;

9.3.20 Não permitir a entrada de menor desacompanhado, sem que antes seja feito junto à pessoa com a qual o menor deseja falar ou visitar, assegurando-se de que a pessoa CONTRATADA ou a ser visitada pelo menor assuma a responsabilidade enquanto permanecer nas dependências do EMBRATUR e;

9.3.21 Permitir que ao(s) portadores de deficiência(s) física(s) de locomoção, seja concedida preferência de trânsito e acesso aos elevadores, procurando ajudá-lo(s), quando for o caso, no desembarque de viaturas;

9.3.22 Não permitir, nas dependências da EMBRATUR, a prática de vendas, divulgações, demonstrações ou outras práticas similares, relacionadas com atividades comerciais, alheias e estranhas às atividades do EMBRATUR, salvo autorização expressa da EMBRATUR;

9.3.23 Abster-se da execução de quaisquer outras atividades alheias aos objetivos avançados em contrato, especial e principalmente durante o horário em que estiver prestando os serviços;

9.3.24 Acompanhar, de forma ininterrupta, quando disponíveis, os monitores da vigilância eletrônica, comunicando de imediato ao Supervisor de Segurança e ao Gestor do futuro contrato, qualquer fato ou ação considerada anormal, reduzindo o termo, em livro próprio, qualquer ocorrência verificada no turno;

9.3.25 Encaminhar ao conhecimento da Administração, de forma imediata e em qualquer circunstância, a constatação da atividade suspeita observada nas dependências da EMBRATUR.

## **10 DO SALÁRIO BASE MENSAL DOS PROFISSIONAIS.**

10.1 Os salários dos profissionais, bem como os demais benefícios, não poderão ser inferiores aos estabelecidos na Convenção Coletiva de trabalho celebrada entre o Sindicato dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância do Distrito Federal - SINDESV/DF e Sindicato das Empresas de Segurança privada e Transporte de Valores no Distrito Federal - SINDESP/DF, vigente no momento



em que oferecida a proposta ou lance.

## **11 DOS BENS PATRIMONIAIS E MATERIAIS DE CONSUMO**

11.1 A retirada e/ou transporte de qualquer bem material, bem de consumo ou vinculado ao patrimônio da EMBRATUR, quando para fora das suas dependências, somente será permitida mediante a apresentação da "Autorização de Saída de Bens Patrimoniais e Materiais de Consumo, devidamente preenchida e assinada pela autoridade competente, autorização essa que deverá conter, indispensável, a discriminação do bem, o destino, data de retorno e o número do tombamento, no caso de bem patrimonial;

11.1.1 Todo o procedimento de retirada deverá ser supervisionado pelo Supervisor da Segurança ou Vigilante que por ele a ser designado, devendo uma via da "Autorização" ficar retida junto ao serviço de Segurança.

11.2 O(s) bem(s) de propriedade particular, exceto aquele(s) de uso estritamente pessoal, conduzido(s) pelo respectivo proprietário, uma vez comprovada a posse, somente terá(ao) permissão de acesso às dependências da EMBRATUR, após submetido(s) à verificação/avaliação do Supervisor de Segurança, condição essencial para que seja concedida, inclusive a necessária autorização de saída.

11.3 O(s) prestador(es) de serviço(s) que tiver (em) acesso às dependências da EMBRATUR e, dessa forma vier(em) a exhibir o conteúdo de sua(s) maleta(s), pasta(s), sacola(s), pacote(s) ou outros, o(s) qual(is) contenha(m) ferramentas e materiais de trabalho específicos, poderá(ão) ser dispensado(s) da autorização de saída desde que, assim procedendo, submeta(m) - se à verificação do Supervisor da Segurança ou do vigilante designado;

11.4 Competem ao Supervisor da CONTRATADA acompanhar o fechamento de volumes, embrulhos, pacotes, malotes ou outros que, por interesse ou necessidade da EMBRATUR, venham a deixar as dependências da EMBRATUR.

## **12 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

12.1 O critério de julgamento adotado será o de menor preço global, conforme definido neste Edital e em seus Anexos.

## **13 DA HABILITAÇÃO TÉCNICA**

13.1 Relativos à Qualificação Técnica:

13.1.1 Autorização ou revisão de autorização para funcionamento concedida pelo Departamento de Polícia Federal, na atividade objeto desta contratação, conforme estabelece a Lei 7.102, de 20.06.83, Decreto nº 89.056, de 24.11.83 e Portaria nº 387/2006 - DPF/MJ de 28.08.2006.

13.1.2 01 (um) ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m) a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, demonstrando que a licitante administra ou administrou serviços terceirizados, com, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do número de empregados que serão necessários para suprir os postos contratados em decorrência desta licitação;

13.1.2.1 Será aceito o somatório de atestado(s) e/ou declaração(ões) de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica.

13.1.3 Cópia(s) de contrato(s), atestado(s), declaração(ões), registro(s) oficial(is) ou outros documentos idôneos que comprove(m) que a licitante possui experiência mínima de 3 (três)

anos, ininterruptos ou não, na prestação de serviços terceirizados, semelhantes ao objeto desta licitação;

13.1.3.1 Será aceito o somatório de documentos para comprovação da experiência, sendo que os períodos concomitantes serão computados uma única vez.

13.1.4 As licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados.

13.1.5 Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

13.1.6 O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá(o) se referir a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária especificadas no contrato social registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas Jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.

## **14 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

14.1 Comprovar a formação técnica e específica de mão-de-obra utilizada na execução dos serviços contratados, o que deverá ser feito mediante apresentação dos respectivos “Certificado de Curso de Formação de Vigilantes”, devidamente expedidos por Instituição(ões), habilitada(s) e reconhecida(s) pela Entidade de Classe ou equivalente;

14.2 Implantar, de forma imediata e após o recebimento da “Autorização de Início dos Serviços”, a mão-de-obra especializada nos postos indicados e nos horários fixados na “Escala de Serviço”, elaborada pela EMBRATUR. Deverá a CONTRATADA, ainda, informar em tempo hábil, quaisquer outros motivos que se consubstanciem impeditivos ou que venham impossibilitar a assunção dos serviços, conforme contratualmente avençado;

14.3 Fornecer os uniformes em duplicidade e seus complementos a mão-de-obra envolvida, conforme a seguir descrito, tudo de acordo com o clima da região e com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho: calça, camisa de mangas compridas, cinto com nylon, sapatos, meias, jaqueta ou casaco para o frio, colete a prova de balas, baleiro com um mínimo de 10 (dez) munições, cinto com coldre, capa transparente para chuva para cada funcionário, revolver calibre 38 com no mínimo 10 (dez) munições calibre 38 para cada revolver, 01 livro de ocorrências por plantão, 02 lanternas, de no mínimo 04 pilhas para funcionamento das lanternas e manter em cada posto de serviço, e em condições ininterruptas de uso, o mínimo de 02 (dois) rádios tipo HT

Nota: a CONTRATADA não poderá, sob nenhuma hipótese, repassar a seus empregados os custos de qualquer um desses itens de uniformes e respectivos equipamentos;

14.4 Prever toda a mão-de-obra necessária com vistas a garantir a operacionalização dos postos, nos regimes contratados, obedecidas às disposições da Legislação Trabalhistas em vigor;

14.5 Efetuar a reposição da mão-de-obra especializada nos postos, em caráter imediato, quando ocorrer eventual ausência do agente titular, não sendo permitida, em razão da ocorrência, a prorrogação da jornada de trabalho (dobra);

14.6 Manter disponibilidade ou reserva técnica de pessoal efetivo, dentro dos padrões, requeridos, com vistas ao atendimento de eventuais acréscimos solicitados pela EMBRATUR;

14.7 Atender, de forma imediata, as solicitações de substituição da mão-de-obra qualificada, quando comprovadamente entendida inadequada para a prestação dos serviços contratados;

14.8 Instruir a mão-de-obra quanto a necessidade de acatar as orientações do fiscal da EMBRATUR, inclusive naquilo que diz respeito ao cumprimento das Normas Internas de Segurança e de Medicina

do Trabalho;

14.9 Relatar à EMBRATUR, de forma imediata, toda e qualquer irregularidade observada nos postos e nas instalações onde o serviço estiver sendo prestado;

14.10 Responsabilizar-se por quaisquer danos que, comprovadamente vierem a ocorrer em prejuízo do patrimônio da EMBRATUR ou de Terceiros, por ação ou omissão de seus prepostos e/ou empregados, adotando-se, no prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas, as providências necessárias, indicadas e pertinentes no sentido de proceder, em qualquer caso, a devida reposição do bem ou ressarcimento do(s) prejuízo(s);

14.11 Manter em cada posto de serviço em condições ininterruptas de uso, o mínimo de 02 (dois) rádios tipo HT;

14.12 A licitante se obriga a manter durante a execução do futuro contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.13 A CONTRATADA se obriga a manter durante a execução do futuro contrato, os uniformes e equipamentos sempre em perfeitas condições e substituí-los imediatamente quando apresentarem defeitos ou desgastes, sendo que os uniformes deverão ser completamente substituídos por outros novos a cada 06 (seis) meses e de acordo com a necessidade para a manutenção de boa aparência;

14.14 A execução completa do contrato só acontecerá quando o contratado comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas referente à mão de obra.

14.15 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

14.16 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

14.17 Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;

14.18 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigido no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;

14.19 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

14.20 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

14.21 Disponibilizar à CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

14.22 As empresas CONTRATADAS que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços:

14.22.1 relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de

Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

14.22.2 Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA; e

14.22.3 exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços;

14.22.4 Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

14.23 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa CONTRATADA cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

14.24 Substituir, de imediato, em caso de eventual ausência, tais como, faltas, férias e licenças, o empregado posto a serviço da CONTRATANTE, de modo que os postos não fiquem descobertos, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;

14.25 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE;

14.26 Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

14.27 Autorizar a Administração CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

14.27.1 Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

14.28 Autorizar o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da CONTRATADA, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela CONTRATANTE em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo VII da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2008, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas §1º, do art. 19-A, da referida norma.

14.28.1 O montante dos depósitos da conta vinculada será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

14.28.1.1 13º (décimo terceiro) salário;

14.28.1.2 Férias e um terço constitucional de férias;

14.28.1.3 Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

14.28.1.4 Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário, em conformidade com o grau de risco de acidente de trabalho e as alíquotas de contribuição previstas no art. 22, inciso II, da Lei no 8.212, de 1991 (Item 12 do Anexo VII da IN SLTI/MPOG n. 02/2008).

14.28.1.5 Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo VII da IN SLTI/MPOG n. 2/2008.

14.28.2 O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança *pro rata die*, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

14.28.3 Os valores referentes às provisões mencionadas neste Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

14.28.4 Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

14.28.5 A empresa CONTRATADA poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade CONTRATANTE para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitem acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

14.28.5.1 Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.



14.28.5.2 A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

14.28.5.3 A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade CONTRATANTE, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

14.28.6 O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

14.29 Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;

14.30 Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

14.31 Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

14.32 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

14.33 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

14.34 Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

14.34.1 Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

14.34.2 Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

14.34.3 Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

14.35 Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequado e disponíveis para a realização do objeto da licitação.

14.35.1 Para a realização do objeto da licitação, a CONTRATADA deverá entregar declaração de que instalará escritório nos municípios ou regiões metropolitanas abaixo discriminadas, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, dispondo de capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da CONTRATANTE, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários;



14.36 Manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;

14.37 Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

14.38 Fornecer, sempre que solicitados pela CONTRATANTE, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da CONTRATANTE;

14.39 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

14.40 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

14.41 Não beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;

14.42 Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art. 17, XII, art. 30, § 1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

14.42.1 Para efeito de comprovação da comunicação, a CONTRATADA deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

14.43 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.44 Sujeitar-se à retenção da garantia prestada e dos valores das faturas correspondentes a 1 (um) mês de serviços, por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, podendo a Administração CONTRATANTE utilizá-los para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos do art. 35, parágrafo único da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 02/2008.

14.47 Cumprir os procedimentos de segurança da EMBRATUR descritos no anexo da Portaria da Presidência nº 013, de 02 de agosto de 2006.

## **15 DAS OBRIGAÇÕES DA EMBRATUR**

15.1 Acompanhar e fiscalizar a execução do futuro contrato, através de um servidor especialmente designado, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o mesmo;

15.2 Pagar a importância correspondente ao serviço no prazo contratado;

- 15.3 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitado pela CONTRATADA;
- 15.4 Disponibilizar instalações físicas para o pessoal;
- 15.5 Estabelecer rotinas para o cumprimento do objeto do futuro contrato;
- 15.6 Proporcionar as facilidades ao seu alcance para que a CONTRATADA possa conduzir a bom termo a execução dos pertinentes serviços;

## **16 DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO**

16.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

16.1.1 A fiscalização dos contratos, no que se refere ao cumprimento das obrigações trabalhistas, deve ser realizada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

16.2 O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

16.3 As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008.

16.4 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

16.5 A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

16.6 O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.7 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

16.8 O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.9 Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações com dedicação exclusiva dos trabalhadores da CONTRATADA, exigir-se-á, dentre outras, as comprovações previstas no §5º do art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008.

16.10 O fiscal do contrato também poderá solicitar ao preposto que forneça os seguintes documentos:  
a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração CONTRATANTE; b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos

serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade CONTRATANTE; c) cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato;

16.10.1 Tal solicitação será realizada periodicamente, por amostragem, isto é, abrangendo, a cada ocasião, determinado quantitativo de empregados, de modo que, ao final de 12 (doze) meses de execução contratual, todos ou a maior parte dos empregados alocados tenham sido abrangidos ao menos uma vez.

16.10.2 Para tanto, conforme previsto neste Termo de Referência, a empresa deverá instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção de tais informações, bem como oferecer os meios necessários para que obtenham tais extratos, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

16.10.3 Os empregados também deverão ser orientados a realizar tais verificações periodicamente e comunicar ao fiscal do contrato qualquer irregularidade, independentemente de solicitação por parte da fiscalização.

16.11 O fiscal do contrato poderá solicitar ao preposto os documentos comprobatórios da realização do pagamento de vale-transporte e auxílio alimentação em nome dos empregados, relativos ao período de execução contratual, para fins de conferência pela fiscalização.

16.11.1 Tal solicitação será realizada periodicamente, inclusive por amostragem, isto é, abrangendo, a cada ocasião, determinado quantitativo de empregados, de modo que, ao final de 12 (doze) meses de execução contratual, todos ou a maior parte dos empregados alocados tenham sido abrangidos ao menos uma vez.

16.12 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.13 O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

16.14 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.15 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços ou em razão da dispensa de empregado vinculado à execução contratual, a CONTRATADA deverá entregar no prazo de 10 (dez) dias a seguinte documentação pertinente a cada trabalhador: a) termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria; b) guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais; c) extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e d) exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

16.16 Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

## **17 DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

17.1 O Contrato vigorará por 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, para os subsequentes exercícios financeiros, observados o limite estabelecido no inciso II do Art. 57 da Lei nº 8.666/93 alterado pela Lei nº 9.648/98.

17.2 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação.

## **18 DO PAGAMENTO**

18.1 O pagamento deverá ser efetuado até o 5º dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, mediante a apresentação de Nota Fiscal ou da Fatura pela CONTRATADA, que deverá conter o detalhamento dos serviços executados, conforme disposto no art. 73 da Lei nº 8.666, de 1993, observado o disposto no art. 35 desta Instrução Normativa, no Acordo de Níveis de Serviços e os seguintes procedimentos:

18.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada das seguintes comprovações:

18.2.1 Do pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do § 4º do Art. 31 da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, quando se tratar de mão-de-obra diretamente envolvida na execução dos serviços na contratação de serviços continuados;

18.2.2 Da regularidade fiscal, constatada através de consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/93.

18.2.3 Do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração.

18.3 O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejarão o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.

18.4 Em caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela EMBRATUR, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$I = (TX/100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

18.5 Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa;

18.6 A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, só deverá ocorrer quando o contratado:

18.6.1 Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

18.6.2 Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

18.7 Do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais ainda será exigido, dentre outras, as seguintes comprovações:

a) A prova de regularidade para com a Seguridade Social, conforme dispõe o art. 195, § 3o da Constituição Federal, sob pena de rescisão contratual

b) Recolhimento do FGTS, referente ao mês anterior, caso a Administração não esteja realizando os depósitos diretamente, conforme estabelecido no instrumento convocatório

c) Pagamento de salários no prazo previsto em Lei, referente ao mês anterior;

d) Fornecimento de vale transporte e auxílio alimentação quando cabível;

e) Pagamento do 13º salário;

f) Concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei;

g) Realização de exames admissionais e demissionais e periódicos, quando for o caso;

h) Eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei;

i) Comprovação do encaminhamento ao Ministério do Trabalho e Emprego das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como: a RAIS e a CAGED;

j) Cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho; e

k) Demais obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato.

18.8 Qualquer erro ou omissão havido na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela futura CONTRATADA e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

18.9 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência para efeito de pagamento, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só se iniciando e se vencendo os prazos em dia de expediente EMBRATUR e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

## **19. DA CONTA VINCULADA PARA A QUITAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS**

**19.1** Para a garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas, com base na súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho, a EMBRATUR poderá optar por depositar, mensalmente, em conta vinculada específica, os valores provisionados para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da CONTRATADA envolvidos na execução do contrato, em consonância com os dispostos no art. 19-A, e no anexo VII, ambos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02, de 30 de abril de 2008, com as alterações introduzidas pela Instrução Normativa SLTI/MP nº 03, de 15 de outubro de 2009, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas seguintes condições:

a) parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários, quando devidos;



- b) parcialmente, pelo valor correspondente as férias e ao 1/3 de férias, quando dos gozos de férias dos empregados vinculados ao contrato;
- c) parcialmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da demissão de empregado vinculado ao contrato;
- d) ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias; e
- e) o saldo restante, com a execução completa do Contrato, após a comprovação, por parte da CONTRATADA, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

**19.1.1** As provisões para o pagamento dos encargos trabalhistas de que tratam este item, poderão ser destacadas do valor mensal do Contrato e depositados na mencionada conta vinculada, aberta em nome da CONTRATADA, em instituição bancária oficial, bloqueada para movimentação.

**19.1.2** A movimentação da conta vinculada será mediante autorização do Licitante, exclusivamente para o pagamento dessas obrigações.

**19.1.3** O montante do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes previsões:

- a) 13º salário;
- b) férias e Abono de Férias;
- c) adicional do FGTS para as rescisões sem justa causa; e,
- d) impacto sobre férias e 13º salário.

**19.1.4** O provisionamento deverá ser efetuado conforme consta no item 12 do Anexo VII da Instrução Normativa 02/2008 SLTI/MPOG e suas posteriores alterações;

**19.2** A assinatura do contrato de prestação de serviços entre o Contratante e a licitante vencedora do certame será precedida dos seguintes atos:

- a) solicitação do Licitante, mediante ofício, de abertura de conta corrente vinculada – bloqueada para movimentação -, no nome da licitante vencedora; e,
- b) assinatura, pela empresa a ser contratada, no ato da regularização da conta corrente vinculada, de termo específico da instituição financeira oficial que permita ao Licitante ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do Licitante.

**19.3** Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados no subitem **19.1.4**, depositados em conta vinculada deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à CONTRATADA.

**19.4.** A CONTRATADA poderá solicitar a autorização da CONTRATANTE para utilizar os valores da conta vinculada para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do contrato.

**19.4.1** Para a liberação dos recursos da conta vinculada, para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar a CONTRATANTE os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

**19.4.2** A CONTRATANTE expedirá, após a confirmação da ocorrência da indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, a autorização para a movimentação, encaminhado a referida autorização à instituição financeira oficial no prazo máximo de cinco dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios da CONTRATADA.

**19.4.3** A autorização de que trata o subitem anterior deverá especificar que a movimentação será exclusiva para a transferência bancária para a conta corrente dos trabalhadores favorecidos.

**19.5** A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de três dias, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.



**19.6** O saldo remanescente da conta vinculada será liberado à CONTRATADA, no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

**19.7.** O CONTRATANTE poderá negociar com a Instituição Financeira, caso haja a cobrança de tarifas bancárias, a isenção ou redução das referidas tarifas para abertura e movimentação da conta-depósito vinculada-bloqueada para movimentação.

19.8. O licitante deverá concordar com a abertura de conta vinculada e para tanto deverá assinar a Autorização para solicitação de abertura de conta vinculada, conforme anexo na minuta do contrato.

## **20 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

20.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

20.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

20.1.1 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.2 Fraudar na execução do contrato;

20.1.3 Comportar-se de modo inidôneo;

20.1.4 Cometer fraude fiscal;

20.1.5 Não mantiver a proposta.

20.2 Comete falta grave, podendo ensejar a rescisão unilateral da avença, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 2002, aquele que:

20.2.1 Não promover o recolhimento das contribuições relativas ao FGTS e à Previdência Social exigíveis até o momento da apresentação da fatura;

20.2.2 Deixar de realizar pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação no dia fixado.

20.3 A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.3.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE;

20.3.2 Multa moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

20.3.2.1 Em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

20.3.2.2 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

20.3.3 Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

20.3.3.1 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

20.3.4 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.3.5 Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

20.3.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;

20.4 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:

20.4.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.4.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.4.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.6 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.7 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 21 DA RESCISÃO CONTRATUAL

21.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80, da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações.

21.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

21.3 A rescisão deste Contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral do **CONTRATANTE**, na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93, notificando-se a **CONTRATADA** com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para o **CONTRATANTE**; ou
- c) judicial, nos termos da legislação.

21.4 A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

21.5 Ocorrendo rescisão contratual, será verificado o pagamento das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

21.5.1 Até que a CONTRATADA comprove o disposto no **item 21.5**, a Administração deverá reter a garantia prestada, podendo ainda utilizá-la para o pagamento direto aos trabalhadores no caso da empresa não efetuar os pagamentos em até 2 (dois) meses do encerramento da vigência contratual, conforme previsto no instrumento convocatório e no art. 19-A, inciso IV da Instrução Normativa nº 02/2008, atualizada".

## **22 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

22.1 As despesas decorrentes da contratação dos serviços correrão à conta da Dotação Orçamentária da União, para o exercício de 2016, Programa de Trabalho 23.122.2128.2000.0001, Elemento de Despesa 33.90.39, Fonte de Recurso: 0100.

## **23 DA GARANTIA CONTRATUAL**

23.1 O adjudicatário, no prazo de 15 (quinze) dias úteis após a assinatura do Termo de Contrato prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, correspondente a 12 (doze) meses do contratuais, conforme disposto no artigo 56 da lei nº 8.666/93, que terá o seu valor atualizado nas mesmas condições daquele, numa das seguintes modalidades:

a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

b) Seguro-garantia.

c) Fiança bancária, onde deverá constar expressamente no respectivo instrumento de fiança a do fiador ao benefício de ordem prevista no art. 827, ambos do Código Civil (Lei 10.406/02).

23.1.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

23.1.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

23.1.3 A garantia apresentada deverá ser acompanhada por documentos que atestem o poder de representação do signatário da apólice ou da carta-fiança.

23.2 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

1.1.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

1.1.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

1.1.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

1.1.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber;

23.3 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, mencionados no art. 19, XIX, b da IN SLTI/MPOG 02/2008, observada a legislação que rege a matéria.

23.4 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do contratante;

23.5 Se a garantia ofertada for modalidade de fiança bancária deverá o banco fiador renunciar expressamente ao benefício de ordem, nos termos do disposto nos artigos 827 e 828, inciso I, da Lei 10.406/02 (Código Civil).

23.6 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado data em que for notificada.

23.7 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

23.8. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

23.9 Será considerada extinta a garantia:

1.1.5. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

1.1.6. No prazo de três meses após o término da vigência, caso a Contratante não comunique a ocorrência de sinistros.

23.10 A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação. Caso não ocorra o pagamento até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para pagamento das verbas trabalhistas diretamente pela Administração.

## **24 DA REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO**

24.1 Visando a adequação aos novos preços de mercado o preço consignado no consequente contrato poderá ser repactuado, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano da data do orçamento ao qual a proposta se referir, cabendo a CONTRATADA, no escopo de sua solicitação, justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da EMBRATUR, na forma prevista no art. 5º do Decreto nº 2.271, de 07 de julho de 1997 e na IN MPOG Nº 02, de 30 de abril de 2008, atualizada.

24.2 A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo acordo, dissídio ou convenção coletiva deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

24.3 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir:

24.3.1 Data limite para apresentação das propostas constante do instrumento convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço;

24.3.2 da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão-de-obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos;

24.3.3 Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

24.4 As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo acordo convenção ou dissídio coletivo que fundamentou a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.

24.4.1 Será vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios na previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença

normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

24.5 A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

24.6 Nas repactuações a que o contratado fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato, será objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

24.7 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando os seguintes dispositivos:

24.7.1 A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

24.7.2 Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade da concessão das próximas repactuações futuras.

24.7.3 Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra em que o próprio fato gerador, na forma do acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para contagem da anualidade em repactuações futuras.

24.7.4 Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente par os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença por ventura existente.

24.8 As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, desde que verificadas as circunstâncias elencadas na letra "d" do inc. II do art. 65, da Lei nº 8.666/93, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a atribuição da Administração para justa remuneração do serviço.

24.9 A empresa CONTRATADA para a execução de remanescente de serviço tem direito à repactuação nas mesmas condições e prazos a que fazia jus a empresa anteriormente CONTRATADA, devendo os seus preços serem corrigidos antes do início da contratação, conforme determina o art. 24, inciso XI da Lei 8.666, de 1993.

## **25. DAS PROIBIÇÕES**

Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:

25.1 Autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

25.2 Empresa isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

25.3 Servidor ou dirigente de órgão ou entidade CONTRATANTE ou responsável pela licitação.

25.4 Ainda não poderão participar desta licitação as empresas:

25.4.1 concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

25.4.2 que estejam com o direito de licitar e contratar suspenso com qualquer órgão integrante do SISG/SIASG, ou que tenham sido declaradas inidôneas;

25.4.3 que estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias integrais entre si, ou ainda que independentemente nomeiem um mesmo representante; e,

25.4.4 que tenham sócios comuns, endereços idênticos ou relação de parentesco, conforme recomenda subitem 9.7 do Acórdão 2.136/2006-TCU – 1ª Câmara;

25.4.5 empresas estrangeiras;

25.4.6 Sociedades cooperativas, em razão de o objeto da presente licitação se enquadrar entre os elencados na Cláusula Primeira do *Termo de Conciliação Judicial* celebrado entre o Ministério Público e a União (processo 01082-2002-020-10-00-0), em 06/06/2003, homologado judicialmente na 20.ª Vara do Trabalho, no Distrito Federal.

## 26. DO ACORDO DOS NÍVEIS DE SERVIÇOS

26.1 Documento que apresenta critérios de avaliação da qualidade dos serviços, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.

26.2 O resultado da averiguação do nível de qualidade dos serviços produz efeitos sobre o valor devido à CONTRATADA, conforme anexo na minuta do contrato.

## 27. PREÇOS MÁXIMOS ADMITIDOS PARA A CONTRATAÇÃO

27.1 19.1 – Para a execução dos serviços objeto desta contratação, estima-se a despesa em **R\$ 977.108,40 (novecentos e setenta e sete mil, cento e oito reais e quarenta centavos)**, com base na pesquisa de preços de acordo com o mapa comparativo e nota técnica nos autos, conforme tabela abaixo:

Posto de vigilância	Quantidade	Valor unitário	Valor mensal
		Máximo	Máximo
12 x 36 horas diurno	3	12.806,26	38.418,78
12 x 36 horas noturno	3	14.335,64	43.006,92
Total	6		<b>81.425,70</b>
Valor total anual máximo			<b>977.108,40</b>

## 28. DAS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

28.1 A CONTRATADA deve adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados.

28.2 São proibidos quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção de vigilantes no quadro da empresa.

28.3 É dever da CONTRATADA a promoção de curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço.

28.4 É obrigação da CONTRATADA a administração de situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente.

28.5 A CONTRATADA deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.



28.6 A CONTRATADA deverá disponibilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) aos vigilantes para a execução das atividades de modo confortável, seguro e de acordo com as condições climáticas, favorecendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

28.7 A CONTRATADA deverá orientar sobre o cumprimento, por parte dos funcionários, das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários e da circunvizinhança.

28.8 Só será admitida a utilização de equipamentos e materiais de intercomunicação (como rádios, lanternas e lâmpadas) de menor impacto ambiental.

28.9 A CONTRATADA deverá observar a Resolução CONAMA nº 401/2008, para a aquisição de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio.

28.10 A CONTRATADA deverá utilizar pilhas recarregáveis para uso em lanternas em rondas realizadas no período noturno, evitando o uso de pilhas ou baterias que contenham substâncias perigosas em sua composição.

28.11 A CONTRATADA deverá eliminar o uso de copos descartáveis na prestação de serviços nas dependências do órgão ou entidade.

28.12 É obrigação da CONTRATADA destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que foram utilizados na prestação de serviços.

28.13 O fornecimento de produtos e serviços deve ser acompanhado de Acordos de Níveis de Serviços (ANS) que assegurem a qualidade, a disponibilidade, o tempo de atendimento e a correção de defeitos dentro de parâmetros compatíveis com as atividades de sustentabilidade previstas com as seguintes condições:

28.13.1 Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência.

28.13.2 Suspender ou interromper o serviço por dia, salvo por motivo de força maior.

28.13.3 Permitir a presença de vigilante sem uniforme, em condições inapropriadas de apresentação ou sem crachá de identificação, por empregado e por ocorrência.

28.13.4 Não zelar pelas instalações do órgão, por posto e por dia.

28.13.5 Deixar de fornecer os EPIs, quando exigido em lei ou convenção, aos seus empregados e de impor penalidades aos que se negarem a usá-los, por empregado e por ocorrência.

28.13.6 Não adquirir materiais e bens de menor impacto ambiental quando comparados a outros similares.

28.13.7 Deixar de destinar de forma ambientalmente adequada os resíduos e materiais adquiridos e utilizados na prestação de serviço, por ocorrência.

27.13.8 Deixar de observar a Resolução CONAMA nº 401/2008 para a aquisição de pilhas e baterias, por ocorrência.



**EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2016**  
**ANEXO II**  
**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

**DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)**

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	
C	Ano do acordo coletivo, convenção coletiva ou sentença normativa em dissídio coletivo	
D	Número de meses de execução contratual	

**IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO**

1	<b>Tipo de serviço</b>
1.1	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância armada, a serem executados de forma contínua, no âmbito da EMBRATUR Instituto Brasileiro de Turismo, Brasília – DF.

**ANEXO III-A**

<b>Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra</b>		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	
2	Salário Normativo da Categoria Profissional	
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)	

**Módulo 1: Composição da remuneração**

1	<b>Composição da remuneração</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Salário base	
B	Adicional de periculosidade	
C	Adicional de insalubridade	
D	Adicional noturno	
E	Hora noturna adicional	
F	Adicional de hora extra	
G	Outros (especificar)	
	<b>TOTAL DA REMUNERAÇÃO</b>	

**Módulo 2: Benefícios mensais e diários**

<b>2</b>	<b>Benefícios mensais e diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Transporte	
B	Auxílio alimentação (vales, cesta básica, entre outros)	
C	Assistência médica e familiar	
D	Auxílio creche	
E	Seguro de vida, invalidez e funeral	
F	Outros (especificar)	
	<b>Total de Benefícios mensais e diários</b>	

**Nota: o valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).**

**MODULO 3: INSUMOS DIVERSOS**

<b>3</b>	<b>Insumos diversos</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Uniformes	
B	Materiais	
C	Equipamentos	
D	Outros (especificar)	
	<b>Total de Insumos Diversos</b>	

**Nota: Valores mensais por empregado.**

**Módulo 4: Encargos sociais e trabalhistas****Submódulo 4.1: Encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições:**

<b>4.1</b>	<b>Encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	INSS		
B	SESI ou SESC		
C	SENAI ou SENAC		
D	INCRA		
E	Salário educação		
F	FGTS		
G	Seguro acidente do trabalho		
H	SEBRAE		
	<b>Total</b>		

**Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são**

aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

**Nota 2: Percentuais incidentes sobre a remuneração.**

**Submódulo 4.2: 13º (décimo terceiro) salário**

<b>4.2</b>	<b>13º (décimo terceiro) salário</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	13º (décimo terceiro) salário	
Subtotal		
B	Incidência dos encargos previstos no Submódulo 4.1 sobre 13º (décimo terceiro) salário	
<b>Total</b>		

**Submódulo 4.3: Afastamento Maternidade**

<b>4.3</b>	<b>Afastamento Maternidade</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Afastamento Maternidade	
B	Incidência dos encargos do submódulo 4.1 sobre Afastamento Maternidade	
<b>TOTAL</b>		

**Submódulo 4.4: Provisão para rescisão**

<b>4.4</b>	<b>Provisão para rescisão</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Aviso prévio indenizado	
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	
C	Multa sobre FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio indenizado	
D	Aviso prévio trabalhado	
E	Incidência dos encargos do submódulo 4.1 sobre o aviso prévio trabalhado	
F	Multa sobre FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio trabalhado	
<b>Total</b>		

**Submódulo 4.5: Custo de reposição do profissional ausente**

<b>4.5</b>	<b>Composição do custo de reposição do profissional ausente</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Férias e terço constitucional de férias	
B	Ausência por doença	
C	Licença paternidade	
D	Ausências legais	

E	Ausência por acidente de trabalho	
F	Outros (especificar)	
Subtotal		
G	Incidência dos encargos do submódulo 4.1 sobre o custo de reposição do profissional ausente	
<b>Total</b>		

#### Quadro-Resumo do Módulo 4: Encargos sociais e trabalhistas

4	Módulo 4: Encargos sociais e trabalhistas	Valor (R\$)
4.1	Encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições	
4.2	13º (décimo-terceiro) salário	
4.3	Afastamento maternidade	
4.4	Custo de rescisão	
4.5	Custo de reposição do profissional ausente	
4.6	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		

#### Módulo 5: Custos indiretos, tributos e lucro

5	Custos indiretos, tributos e lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
	B.1. Tributos federais (especificar)		
	B.2 Tributos estaduais (especificar)		
	B.3 Tributos municipais (especificar)		
<b>Total</b>			

**Nota 1: Custos indiretos, tributos e lucro por empregado.**

**Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.**

#### Anexo III-B

**Quadro-Resumo do custo por empregado**

	<b>Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)</b>	<b>(R\$)</b>
A	Módulo 1 – Composição da remuneração	
B	Módulo 2 – Benefícios mensais e diários	
C	Módulo 3 – Insumos diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros)	
D	Módulo 4 – Encargos sociais e trabalhistas	
	<b>Subtotal (A + B + C + D)</b>	
E	Módulo 5 – Custos indiretos, tributos e lucro	
	<b>Valor total por empregado</b>	

**Anexo III-C****Quadro-Resumo do valor mensal dos serviços**

	<b>ESCALA DE TRABALHO</b>	<b>PREÇO MENSAL DO POSTO</b>	<b>NÚMERO DE POSTOS</b>	<b>SUBTOTAL (R\$)</b>
I	Vigilância armada na escala 12 x 36 horas diurno		3	
II	Vigilância armada na escala 12 x 36 horas noturno		3	
	<b>VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS (I + II)</b>			

**Anexo III-D****Quadro demonstrativo do valor global da proposta**

	<b>Valor Global da Proposta</b>	
	<b>Descrição</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Valor proposto por unidade de medida *	
B	Valor mensal do serviço	
C	Valor global da proposta (valor mensal do serviço multiplicado pelo número de meses do contrato).	

1) Valor unitário : R\$ \_\_\_\_\_ ( ).

2) Valor total: R\$ \_\_\_\_\_ ( ).

4) Esta proposta é válida por 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5) Informamos, por oportuno, que nos preços apresentados acima já estão computados todos os custos necessários decorrentes da prestação dos serviços objeto desta licitação, bem como já incluídos todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente.

7) Declaramos que todos os prazos estabelecidos no Termo de Referência e seus Anexos serão cumpridos.



8) Os dados da nossa empresa são:

- a) Razão Social: \_\_\_\_\_;
- b) CNPJ (MF) nº: \_\_\_\_\_;
- c) Representante (s) legal (is) com poderes para assinar o contrato: \_\_\_\_\_;
- d) CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_;
- e) Inscrição Estadual nº: \_\_\_\_\_;
- f) Endereço: \_\_\_\_\_;
- g) Fone: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_;
- h) CEP: \_\_\_\_\_; e
- i) Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_.
- j) Banco: \_\_\_\_\_ Conta Corrente: \_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_;
- k) Contato: \_\_\_\_\_ Fone/Ramal: \_\_\_\_\_

Local e data

\_\_\_\_\_

Assinatura do Representante Legal



## EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2016

### ANEXO III – DO EDITAL

#### MINUTA DE CONTRATO

**CONTRATO Nº /2016**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS,  
CELEBRADO ENTRE A EMBRATUR –  
INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO E A  
XXXXXXX.

A EMBRATUR Instituto Brasileiro de Turismo, Autarquia Federal, com sede no Setor Comercial Norte (SCN), Quadra 2, Bloco G, em Brasília - Distrito Federal, inscrita no CNPJ nº 33.741.794/0001-01, ora representada por \_\_\_\_\_, portador da C.I nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, residente em Brasília-DF, no uso da competência que lhe confere a Portaria nº \_\_\_\_\_, da Casa Civil da Presidência da República, publicada no D.O.U do dia \_\_\_\_\_, seção 2, página \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ e, em sequência designada simplesmente Contratante e, de outro lado, a empresa....., CNPJ nº....., estabelecida no(a)....., neste ato representada por seu (diretor, presidente, gerente etc.)....., brasileiro, estado civil....., CPF nº....., Carteira de Identidade nº....., residente e domiciliado no(a)....., doravante denominada simplesmente Contratada, consoante o Processo nº **72100.000179/2016-53** e, em observância ao disposto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005 e na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e posteriores alterações, bem como as demais normas e regulamentos aplicadas à matéria, resolvem celebrar o presente contrato, sob os termos e condições estabelecidos nas cláusulas adiante.

#### 1. DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância armada, a serem executados de forma contínua, no âmbito da EMBRATUR Instituto Brasileiro de Turismo, Brasília – DF.

1.2 Vinculam-se ao presente contrato o Edital de Pregão nº xx/2016, com seus anexos, proposta da contratada e demais documentos que compõem o processo em referência, independentemente de transcrição.

#### 2. DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste contrato é de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, podendo, a critério da Administração/EMBRATUR, ser prorrogado por iguais períodos sucessivos, ao máximo de 60 (sessenta) meses, mediante elaboração de termos aditivos, consoante o disposto no art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93 e observados os seguintes requisitos:

#### 3. DOS SERVIÇOS

##### 3.1 DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1.1 Os serviços, objeto deste , serão executados em Brasília-DF, localizados nos seguintes endereços:

- a) EDIFÍCIO SEDE - SETOR COMERCIAL NORTE, BLOCO “G” – BRASÍLIA-DF.
- b) ALMOXARIFADO DE MATERIAL PROMOCIONAL E ARQUIVO SCIA – SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO QUADRA 14, CONJUNTO 3, LOTE 1, CIDADE DO AUTOMÓVEL – BRASÍLIA-DF.

##### 3.2 DAS DESCRIÇÕES DOS SERVIÇOS

3.2.1 O trabalho de vigilante será realizado com base em postos previamente estabelecidos pela Administração os quais, a critério desta, poderão ser remanejados, traçados, modificados ou substituídos no todo ou em parte, nos restritos limites estabelecidos pela norma em vigor;

3.2.2 As atividades dos vigilantes serão coordenadas pelo Supervisor da Empresa que, por sua vez,

receberá instruções da CONTRATADA por intermédio do Gestor do Contrato, designado nos termos da Norma em vigor;

3.2.3 O vigilante deverá cumprir fielmente as atribuições descritas a seguir, sem prejuízo de outras responsabilidades previstas em norma específica:

3.2.3.1 Proibir o ingresso de pessoas, vendedores, pedintes, angariadores de donativos, ambulantes e assemelhados às instalações, sem que estes sejam devidos e previamente autorizados pela CONTRATANTE;

3.2.3.2 Proibir qualquer aglomeração de pessoas junto ao Posto, comunicando o fato ao Supervisor do Posto e ao Fiscal do Contrato, no caso de desobediência;

3.2.3.3 Proibir qualquer tipo de atividade comercial junto ao Posto e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança das instalações ou comprometa o regular andamento dos serviços contratados;

3.2.3.4 Assumir diariamente o Posto, devidamente uniformizado e com aparência pessoal adequado ao exercício da função, devendo estar até 05 (cinco) minutos antes do horário previsto para o início da jornada de trabalho e de posse de acessórios, tais como: lápis ou caneta, bloco de papel e outros específicos ao desempenho do trabalho, principalmente o livro de ocorrência e rádio HT;

3.2.4 Receber de maneira polida e educada a clientela, informando-a e orientando-a sempre que solicitado, dirigindo-a, rapidamente, ao local e/ou repartição pretendida;

3.2.5 Manter-se no Posto de trabalho, não devendo se afastar dos seus afazeres, para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;

3.2.6 Verificar, diariamente, portas e janelas, constatando se estão devidamente fechadas;

3.2.7 Verificar, diariamente, se os aparelhos elétricos estão desligados, salvo aqueles para os quais haja instruções em contrário;

3.2.8 Registrar, diariamente, a permanência de pessoas na repartição;

3.2.9 Deixar iluminada, nos pontos pré-determinados, áreas físicas da EMBRATUR, verificando, diariamente, se as demais luzes da EMBRATUR estão apagadas, na forma e condições estabelecidas pela EMBRATUR;

3.2.10 Verificar por ocasião de cada vistoria regular na EMBRATUR, a existência de objeto(s) abandonado(s) (pacotes, embrulhos, etc.) e, uma vez considerado(s) suspeito(s), adotar as providências preventivas de segurança, recomendadas pela norma estabelecida para a espécie;

3.2.11 Efetuar vistoria na EMBRATUR e quando da troca de turnos, acompanhado de seu substituto, comunicando-lhe quaisquer irregularidades ocorridas, as quais deverão ser anotadas em formulário próprio, antes de proceder à entrega das chaves que lhe tenham sido confiados;

3.2.12 Impedir a saída de volumes e/ou materiais, em todo e qualquer acesso das instalações, sem a devida autorização;

3.2.13 Proceder à identificação e registro da entrada de qualquer servidor nas dependências da EMBRATUR, quando o procedimento ocorrer fora do horário de expediente, exigindo a expressa autorização para o ingresso, tudo de acordo com as normas de segurança interna;

3.2.14 Não permitir, sob nenhuma hipótese ou alegação, a entrada de qualquer pessoa em traje incompatível com o ambiente de trabalho, para cuja ocorrência deverá ser acionada o Supervisor da Segurança, salvo quando ficar caracterizada situação de emergência, com potencial risco de vida e reconhecida necessidade de pronto atendimento/socorro médico;

3.2.15 Não permitir, nas dependências da EMBRATUR sob nenhuma hipótese, o acesso de animais, qualquer que seja a espécie, sem a autorização expressa da autoridade competente;

3.2.16 Não permitir a entrada de qualquer pessoa que apresente situação de embriaguez, suspeição de estar sob o efeito de droga, narcótico ou que apresente condição de visível instabilidade emocional, situação que deverá ser submetida à apreciação do Supervisor da Segurança, quando então avaliará a possibilidade de acesso ou o imediato encaminhamento para avaliação policial ou médica, se for o caso, ouvido o Gestor do futuro contrato;

3.2.17 Não permitir a entrada de quaisquer materiais tóxicos, poluentes, corrosivos ou outros nocivos à saúde, sem antes submetê-los à apreciação do Supervisor da Segurança;

3.2.18 Não permitir a entrada de embrulho(s), volume(s), pacote(s), mala(s), bolsa(s), sacola(s), ou outro(s) assemelhado(s), nos casos em que o portador ofereça resistência, exibir o conteúdo do(s) mesmo(s), ocorrência que será imediatamente levada ao conhecimento do Supervisor da Segurança;

3.2.19 Não permitir a entrada de menor desacompanhado, sem que antes seja feito junto à pessoa com a qual o menor deseja falar ou visitar, assegurando-se de que a pessoa CONTRATADA ou a ser visitada pelo menor assuma a responsabilidade enquanto permanecer nas dependências do

EMBRATUR e;

3.2.20 Permitir que ao(s) portadores de deficiência(s) física(s) de locomoção, seja concedida preferência de trânsito e acesso aos elevadores, procurando ajudá-lo(s), quando for o caso, no desembarque de viaturas;

3.2.21 Não permitir, nas dependências da EMBRATUR, a prática de vendas, divulgações, demonstrações ou outras práticas similares, relacionadas com atividades comerciais, alheias e estranhas às atividades do EMBRATUR, salvo autorização expressa da EMBRATUR;

3.2.22 Abster-se da execução de quaisquer outras atividades alheias aos objetivos avançados em contrato, especial e principalmente durante o horário em que estiver prestando os serviços;

3.3.23 Acompanhar, de forma ininterrupta, quando disponíveis, os monitores da vigilância eletrônica, comunicando de imediato ao Supervisor de Segurança e ao Gestor do futuro contrato, qualquer fato ou ação considerada anormal, reduzindo o termo, em livro próprio, qualquer ocorrência verificada no turno;

3.3.24 Encaminhar ao conhecimento da Administração, de forma imediata e em qualquer circunstância, a constatação da atividade suspeita observada nas dependências da EMBRATUR.

### **3.3 DOS BENS PATRIMONIAIS E MATERIAIS DE CONSUMO**

3.3.1 A retirada e/ou transporte de qualquer bem material, bem de consumo ou vinculado ao patrimônio da EMBRATUR, quando para fora das suas dependências, somente será permitida mediante a apresentação da “Autorização de Saída de Bens Patrimoniais e Materiais de Consumo, devidamente preenchida e assinada pela autoridade competente, autorização essa que deverá conter, indispensável, a discriminação do bem, o destino, data de retorno e o número do tombamento, no caso de bem patrimonial;

3.3.1.1 Todo o procedimento de retirada deverá ser supervisionado pelo Supervisor da Segurança ou Vigilante que por ele a ser designado, devendo uma via da “Autorização” ficar retida junto ao serviço de Segurança.

3.3.2 O(s) bem(s) de propriedade particular, exceto aquele(s) de uso estritamente pessoal, conduzido(s) pelo respectivo proprietário, uma vez comprovada a posse, somente terá(ao) permissão de acesso às dependências da EMBRATUR, após submetido(s) à verificação/avaliação do Supervisor de Segurança, condição essencial para que seja concedida, inclusive a necessária autorização de saída.

3.3.3 O(s) prestador(es) de serviço(s) que tiver (em) acesso às dependências da EMBRATUR e, dessa forma vier(em) a exibir o conteúdo de sua(s) maleta(s), pasta(s), sacola(s), pacote(s) ou outros, o(s) qual(is) contenha(m) ferramentas e materiais de trabalho específicos, poderá(ão) ser dispensado(s) da autorização de saída desde que, assim procedendo, submeta(m) - se à verificação do Supervisor da Segurança ou do vigilante designado;

3.3.4 Competem ao Supervisor da CONTRATADA acompanhar o fechamento de volumes, embrulhos, pacotes, malotes ou outros que, por interesse ou necessidade da EMBRATUR, venham a deixar as dependências da EMBRATUR.

### **3.4 DO ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO**

3.4.1 Documento que apresenta critérios de avaliação da qualidade dos serviços, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.

3.4.2 O resultado da averiguação do nível de qualidade dos serviços produz efeitos sobre o valor devido à CONTRATADA, conforme os parâmetros indicados no Anexo I – Acordo de Níveis de Serviços, deste contrato.

## **4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

4.1 Acompanhar e fiscalizar a execução do futuro contrato, através de um servidor especialmente designado, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o mesmo;

4.2 Pagar a importância correspondente ao serviço no prazo contratado;

4.3 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitado pela CONTRATADA;

4.4 Disponibilizar instalações físicas para o pessoal;

4.5 Estabelecer rotinas para o cumprimento do objeto do futuro contrato;

4.6 Proporcionar as facilidades ao seu alcance para que a CONTRATADA possa conduzir a bom termo a execução dos pertinentes serviços;

## **5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

5.1 Comprovar a formação técnica e específica de mão-de-obra utilizada na execução dos serviços contratados, o que deverá ser feito mediante apresentação dos respectivos “Certificado de Curso de Formação de Vigilantes”, devidamente expedidos por Instituição(ões), habilitada(s) e reconhecida(s) pela Entidade de Classe ou equivalente;

5.2 Implantar, de forma imediata e após o recebimento da “Autorização de Início dos Serviços”, a mão-de-obra especializada nos postos indicados e nos horários fixados na “Escala de Serviço”, elaborada pela CONTRATANTE. Deverá a CONTRATADA, ainda, informar em tempo hábil, quaisquer outros motivos que se consubstanciem impeditivos ou que venham impossibilitar a assunção dos serviços, conforme contratualmente avençado;

5.3 Fornecer os uniformes em duplicidade e seus complementos a mão-de-obra envolvida, conforme a seguir descrito, tudo de acordo com o clima da região e com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho: calça, camisa de mangas compridas, cinto com nylon, sapatos, meias, jaqueta ou casaco para o frio, colete a prova de balas, baleiro com um mínimo de 10 (dez) munições, cinto com coldre, capa transparente para chuva para cada funcionário, revolver calibre 38 com no mínimo 10 (dez) munições calibre 38 para cada revolver, 01 livro de ocorrências por plantão, 02 lanternas, de no mínimo 04 pilhas para funcionamento das lanternas e manter em cada posto de serviço, e em condições ininterruptas de uso, o mínimo de 02 (dois) rádios tipo HT;

5.3.1 A CONTRATADA não poderá, sob nenhuma hipótese, repassar a seus empregados os custos de qualquer um desses itens de uniformes e respectivos equipamentos;

5.4 Prever toda a mão-de-obra necessária com vistas a garantir a operacionalização dos postos, nos regimes contratados, obedecidas às disposições da Legislação Trabalhista em vigor;

5.5 Efetuar a reposição da mão-de-obra especializada nos postos, em caráter imediato, quando ocorrer eventual ausência do agente titular, não sendo permitida, em razão da ocorrência, a prorrogação da jornada de trabalho (dobra);

5.6 Manter disponibilidade ou reserva técnica de pessoal efetivo, dentro dos padrões, requeridos, com vistas ao atendimento de eventuais acréscimos solicitados pela CONTRATANTE;

5.7 Atender, de forma imediata, as solicitações de substituição da mão-de-obra qualificada, quando comprovadamente entendida inadequada para a prestação dos serviços contratados;

5.8 Instruir a mão-de-obra quanto a necessidade de acatar as orientações do fiscal da CONTRATANTE, inclusive naquilo que diz respeito ao cumprimento das Normas Internas de Segurança e de Medicina do Trabalho;

5.9 Relatar à CONTRATANTE, de forma imediata, toda e qualquer irregularidade observada nos postos e nas instalações onde o serviço estiver sendo prestado;

5.10 Responsabilizar-se por quaisquer danos que, comprovadamente vierem a ocorrer em prejuízo do patrimônio da CONTRATANTE ou de Terceiros, por ação ou omissão de seus prepostos e/ou empregados, adotando-se, no prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas, as providências necessárias, indicadas e pertinentes no sentido de proceder, em qualquer caso, a devida reposição do bem ou ressarcimento do(s) prejuízo(s);

5.11 Manter em cada posto de serviço em condições ininterruptas de uso, o mínimo de 02 (dois) rádios tipo HT;

5.12 A CONTRATANTE se obriga a manter durante a execução do futuro contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.13 A CONTRATADA se obriga a manter durante a execução do contrato, os uniformes e equipamentos sempre em perfeitas condições e substituí-los imediatamente quando apresentarem defeitos ou desgastes, sendo que os uniformes deverão ser completamente substituídos por outros novos a cada 06 (seis) meses e de acordo com a necessidade para a manutenção de boa aparência;

5.14 A execução completa do contrato só acontecerá quando a CONTRATADA comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas referente à mão de obra.

5.15 Executar os serviços conforme especificações deste contrato e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste contrato;

5.16 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções



resultantes da execução ou dos materiais empregados;

5.17 Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;

5.18 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigido no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;

5.19 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

5.20 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

5.21 Disponibilizar à CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

5.22 A CONTRATADA que seja regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverá apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços:

5.22.1 relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

5.22.2 Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA;

5.22.3 exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços;

5.22.4 Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

5.23 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa CONTRATADA cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

5.24 Substituir, de imediato, em caso de eventual ausência, tais como, faltas, férias e licenças, o empregado posto a serviço da CONTRATANTE, de modo que os postos não fiquem descobertos, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;

5.25 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE;

5.26 Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

5.27 Autorizar a Administração CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

5.27.1 Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho,



com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

5.28 Autorizar o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da CONTRATADA, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela CONTRATANTE em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo VII da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2008, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas §1º, do art. 19-A, da referida norma.

5.28.1 O montante dos depósitos da conta vinculada será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização da CONTRATANTE e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

5.28.1.1 13º (décimo terceiro) salário;

5.28.1.2 Férias e um terço constitucional de férias;

5.28.1.3 Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa;

5.28.1.4 Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário, em conformidade com o grau de risco de acidente de trabalho e as alíquotas de contribuição previstas no art. 22, inciso II, da Lei no 8.212, de 1991 (Item 12 do Anexo VII da IN SLTI/MPOG n. 02/2008).

5.28.1.5 Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo VII da IN SLTI/MPOG n. 2/2008.

5.28.2 O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre a CONTRATANTE e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

5.28.3 Os valores referentes às provisões mencionadas neste contrato que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

5.28.4 Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

5.28.5 A CONTRATADA poderá solicitar a autorização da CONTRATANTE para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

5.28.5.1 Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

5.28.5.2 A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

5.28.5.3 A CONTRATADA deverá apresentar a CONTRATANTE, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

5.28.6 O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

5.29 Apresentar, quando solicitado pela CONTRATANTE, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;

5.30 Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

5.31 Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste contrato;

5.32 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;  
5.33 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

5.34 Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

5.34.1 Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

5.34.2 Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

5.34.3 Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

5.35 Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequado e disponíveis para a realização do objeto deste contrato.

5.35.1 Para a realização do objeto deste contrato, a CONTRATADA deverá entregar declaração de que instalará escritório nos municípios ou regiões metropolitanas abaixo discriminadas, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, dispondo de capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da CONTRATANTE, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários;

5.36 Manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;

5.37 Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

5.38 Fornecer, sempre que solicitados pela CONTRATANTE, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da CONTRATANTE;

5.39 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

5.40 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

5.41 Não beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;

5.42 Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

5.42.1 Para efeito de comprovação da comunicação, a CONTRATADA deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

5.43 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.44 Sujeitar-se à retenção da garantia prestada e dos valores das faturas correspondentes a 1 (um) mês de serviços, por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, podendo a CONTRATANTE utilizá-los para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos

trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos do art. 35, parágrafo único da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 02/2008.

5.45 Cumprir os procedimentos de segurança da CONTRATANTE descritos no anexo da Portaria da Presidência nº 013, de 02 de agosto de 2006.

5.46 Solicitar à CONTRATANTE, mediante ofício, a abertura, em seu nome, de conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, conforme Anexo III deste contrato;

5.47 Assinar, no ato da regularização da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, o termo específico da instituição financeira oficial permitindo que a CONTRATANTE tenha acesso aos saldos e extratos, vinculando a movimentação dos valores depositados à sua autorização;

## **6. DAS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE**

6.1 A CONTRATADA deve adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados.

6.2 São proibidos quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção de vigilantes no quadro da empresa.

6.3 É dever da CONTRATADA a promoção de curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço.

6.4 É obrigação da CONTRATADA a administração de situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente.

6.5 A CONTRATADA deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

6.6 A CONTRATADA deverá disponibilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) aos vigilantes para a execução das atividades de modo confortável, seguro e de acordo com as condições climáticas, favorecendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

6.7 A CONTRATADA deverá orientar sobre o cumprimento, por parte dos funcionários, das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários e da circunvizinhança.

6.8 Só será admitida a utilização de equipamentos e materiais de intercomunicação (como rádios, lanternas e lâmpadas) de menor impacto ambiental.

6.9 A CONTRATADA deverá observar a Resolução CONAMA nº 401/2008, para a aquisição de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio.

6.10 A CONTRATADA deverá utilizar pilhas recarregáveis para uso em lanternas em rondas realizadas no período noturno, evitando o uso de pilhas ou baterias que contenham substâncias perigosas em sua composição.

6.11 A CONTRATADA deverá eliminar o uso de copos descartáveis na prestação de serviços nas dependências do órgão ou entidade.

6.12 É obrigação da CONTRATADA destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que foram utilizados na prestação de serviços.

6.13 O fornecimento de produtos e serviços deve ser acompanhado de Acordos de Níveis de Serviços (ANS) que assegurem a qualidade, a disponibilidade, o tempo de atendimento e a correção de defeitos dentro de parâmetros compatíveis com as atividades de sustentabilidade previstas com as seguintes condições:

6.13.1 Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência.

6.13.2 Suspender ou interromper o serviço por dia, salvo por motivo de força maior.

6.13.3 Permitir a presença de vigilante sem uniforme, em condições inapropriadas de apresentação ou sem crachá de identificação, por empregado e por ocorrência.

6.13.4 Não zelar pelas instalações do órgão, por posto e por dia.

6.13.5 Deixar de fornecer os EPIs, quando exigido em lei ou convenção, aos seus empregados e de impor penalidades aos que se negarem a usá-los, por empregado e por ocorrência.

6.13.6 Não adquirir materiais e bens de menor impacto ambiental quando comparados a outros similares.

6.13.7 Deixar de destinar de forma ambientalmente adequada os resíduos e materiais adquiridos

e utilizados na prestação de serviço, por ocorrência.

6.13.8 Deixar de observar a Resolução CONAMA nº 401/2008 para a aquisição de pilhas e baterias, por ocorrência.

## **7. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

7.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

7.1.1 A fiscalização dos contratos, no que se refere ao cumprimento das obrigações trabalhistas, deve ser realizada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

7.2 O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

7.3 As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008.

7.4 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste contrato.

7.5 A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

7.6 O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.7 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste contrato e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

7.8 O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.9 Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações com dedicação exclusiva dos trabalhadores da CONTRATADA, exigir-se-á, dentre outras, as comprovações previstas no §5º do art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008.

7.10 O fiscal do contrato também poderá solicitar ao preposto que forneça os seguintes documentos: a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração CONTRATANTE; b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade CONTRATANTE; c) cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato;

7.10.1 Tal solicitação será realizada periodicamente, por amostragem, isto é, abrangendo, a cada ocasião, determinado quantitativo de empregados, de modo que, ao final de 12 (doze) meses de execução contratual, todos ou a maior parte dos empregados alocados tenham sido abrangidos ao menos uma vez.

7.10.2 Para tanto, conforme previsto neste contrato, a empresa deverá instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção de tais informações, bem como oferecer os meios necessários para que obtenham tais extratos, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

7.10.3 Os empregados também deverão ser orientados a realizar tais verificações periodicamente



e comunicar ao fiscal do contrato qualquer irregularidade, independentemente de solicitação por parte da fiscalização.

7.11 O fiscal do contrato poderá solicitar ao preposto os documentos comprobatórios da realização do pagamento de vale-transporte e auxílio alimentação em nome dos empregados, relativos ao período de execução contratual, para fins de conferência pela fiscalização.

7.11.1 Tal solicitação será realizada periodicamente, inclusive por amostragem, isto é, abrangendo, a cada ocasião, determinado quantitativo de empregados, de modo que, ao final de 12 (doze) meses de execução contratual, todos ou a maior parte dos empregados alocados tenham sido abrangidos ao menos uma vez.

7.12 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.13 O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

7.14 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.15 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços ou em razão da dispensa de empregado vinculado à execução contratual, a CONTRATADA deverá entregar no prazo de 10 (dez) dias a seguinte documentação pertinente a cada trabalhador: a) termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria; b) guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais; c) extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e d) exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

7.16 Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da CONTRATANTE.

## **8. DO VALOR DO CONTRATO**

8.1 - O valor total da contratação é de R\$ ..... (.....), correndo a despesa à conta dos recursos consignados ao Embratur.

## **9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

9.1 - As despesas com a execução deste Contrato correrão à conta de créditos orçamentários consignados no Orçamento Geral da União para o exercício de 2016, a cargo da CONTRATANTE, conforme a seguir:

Atividade:

Elemento de Despesa:

Fonte:

Nº de Empenho:

Data:

Valor Empenhado:

9.2 - No exercício subsequente a despesa correrá à conta de dotações orçamentárias que lhe forem destinadas, registrando-se por simples apostila o crédito e empenho para sua cobertura, em conformidade com o parágrafo 8º do artigo 65, da Lei nº 8.666/93.

## **10. DO PAGAMENTO**

10.1 O pagamento deverá ser efetuado até o 5º dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, mediante a apresentação de Nota Fiscal ou da Fatura pela CONTRATADA, que deverá conter o detalhamento dos serviços executados, conforme disposto no art. 73 da Lei nº 8.666, de 1993, observado o disposto no art. 35 desta Instrução Normativa, no Acordo de Níveis de Serviços e os

seguintes procedimentos:

10.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada das seguintes comprovações:

10.2.1 Do pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do § 4º do Art. 31 da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, quando se tratar de mão-de-obra diretamente envolvida na execução dos serviços na contratação de serviços continuados;

10.2.2 Da regularidade fiscal, constatada através de consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/93.

10.2.3 Do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração.

10.3 O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejarão o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.

10.4 Em caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$I = (TX/100) / 365$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

10.5 Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa;

10.6 A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, só deverá ocorrer quando o contratado:

10.6.1 Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades CONTRATADAS; ou

10.6.2 Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

10.7 Do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais ainda será exigido, dentre outras, as seguintes comprovações:

a) A prova de regularidade para com a Seguridade Social, conforme dispõe o art. 195, § 3º da Constituição Federal, sob pena de rescisão contratual

b) Recolhimento do FGTS, referente ao mês anterior, caso a Administração não esteja realizando os depósitos diretamente, conforme estabelecido no instrumento convocatório

c) Pagamento de salários no prazo previsto em Lei, referente ao mês anterior;

d) Fornecimento de vale transporte e auxílio alimentação quando cabível;

e) Pagamento do 13º salário;

f) Concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei;

g) Realização de exames admissionais e demissionais e periódicos, quando for o caso;

h) Eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei;

i) Comprovação do encaminhamento ao Ministério do Trabalho e Emprego das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como: a RAIS e a CAGED;

j) Cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho; e

k) Demais obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato.

10.8 Qualquer erro ou omissão havido na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela futura CONTRATADA e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o



problema seja definitivamente sanado.

10.9 Na contagem dos prazos estabelecidos neste contrato para efeito de pagamento, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só se iniciando e se vencendo os prazos em dia de expediente CONTRATANTE e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

## **11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

11.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

11.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

11.2.3 Fraudar na execução do contrato;

11.2.4 Comportar-se de modo inidôneo;

11.2.5 Cometer fraude fiscal;

11.2.6 Não mantiver a proposta.

11.2 Comete falta grave, podendo ensejar a rescisão unilateral da avença, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 2002, aquele que:

11.2.1 Não promover o recolhimento das contribuições relativas ao FGTS e à Previdência Social exigíveis até o momento da apresentação da fatura;

11.2.2 Deixar de realizar pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação no dia fixado.

11.3 A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.3.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE;

11.3.2 Multa moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

11.3.2.1 Em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

11.3.2.2 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

11.3.3 Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.3.3.1 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

11.3.4 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

11.3.5 Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

11.3.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;

11.4 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:

11.4.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.4.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.4.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que

assegurar o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

11.6 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.7 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **12. DA GARANTIA CONTRATUAL**

12.1 O adjudicatário, no prazo de 15 (quinze) dias úteis após a assinatura do Termo de Contrato prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, correspondente a 12 (doze) meses do contratuais, conforme disposto no artigo 56 da lei nº 8.666/93, que terá o seu valor atualizado nas mesmas condições daquele, numa das seguintes modalidades:

a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

b) Seguro-garantia.

c) Fiança bancária, onde deverá constar expressamente no respectivo instrumento de fiança a do fiador ao benefício de ordem prevista no art. 827, ambos do Código Civil (Lei 10.406/02).

12.1.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

12.1.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

12.1.3 A garantia apresentada deverá ser acompanhada por documentos que atestem o poder de representação do signatário da apólice ou da carta-fiança.

12.2 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

12.2.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

12.2.2 Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

12.2.3 Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

12.2.4 Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber;

12.3 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, mencionados no art. 19, XIX, b da IN SLTI/MPOG 02/2008, observada a legislação que rege a matéria.

12.4 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do contratante;

12.5 Se a garantia ofertada for modalidade de fiança bancária deverá o banco fiador renunciar expressamente ao benefício de ordem, nos termos do disposto nos artigos 827 e 828, inciso I, da Lei 10.406/02 (Código Civil).

12.6 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado data em que for notificada.

12.7 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

12.8. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

12.9 Será considerada extinta a garantia:

12.9.1 Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

12.9.2 No prazo de três meses após o término da vigência, caso a Contratante não comunique a ocorrência de sinistros.

12.10 A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas

rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação. Caso não ocorra o pagamento até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para pagamento das verbas trabalhistas diretamente pela Administração.

### **13. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

13.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

### **14 DA REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO**

14.1 Visando a adequação aos novos preços de mercado o preço consignado no consequente contrato poderá ser repactuado, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano da data do orçamento ao qual a proposta se referir, cabendo a CONTRATADA, no escopo de sua solicitação, justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma prevista no art. 5º do Decreto nº 2.271, de 07 de julho de 1997 e na IN MPOG Nº 02, de 30 de abril de 2008, atualizada.

14.2 A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo acordo, dissídio ou convenção coletiva deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

14.3 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir:

14.3.1 Data limite para apresentação das propostas constante do instrumento convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço

14.3.2 da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão-de-obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos;

14.3.3 Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

14.4 As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo acordo convenção ou dissídio coletivo que fundamentou a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.

14.4.1 Será vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios na previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

14.5 A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

14.6 Nas repactuações a que o contratado fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato, será objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

14.7 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando os seguintes dispositivos:

14.7.1 A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

14.7.2 Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade da concessão das próximas repactuações futuras.

14.7.3 Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra em que o próprio fato gerador, na forma do acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para contagem da anualidade em repactuações futuras.

14.7.4 Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente por os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença por ventura existente.

14.8 As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, desde que verificadas as circunstâncias elencadas na letra "d" do inc. II do art. 65, da Lei nº 8.666/93, para restabelecer a relação que as

partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a atribuição da Administração para justa remuneração do serviço.

14.9 A empresa CONTRATADA para a execução de remanescente de serviço tem direito à repactuação nas mesmas condições e prazos a que fazia jus a empresa anteriormente CONTRATADA, devendo os seus preços serem corrigidos antes do início da contratação, conforme determina o art. 24, inciso XI da Lei 8.666, de 1993.

## **15. DAS ALTERAÇÕES, AUMENTO E SUPRESSÕES**

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2 A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

15.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre a partes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

## **16. DA RESCISÃO CONTRATUAL**

16.1 A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80, da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações.

16.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

16.3 A rescisão deste Contrato poderá ser:

16.3.1 Determinada por ato unilateral do CONTRATANTE, na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93, notificando-se a CONTRATADA com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos;

16.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

16.3.3 Judicial, nos termos da legislação.

16.4 A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

## **17. MEDIDAS ACAUTELADORAS**

17.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

## **18. DOS ANEXOS**

18.1 Constituem anexos deste Contrato:

Anexo I – Acordo de Níveis de Serviço;

Anexo II – Termo de Ciência e Compromisso;

Anexo III – Modelo de Autorização para Solicitação de Abertura de Conta Vinculada

## **19. DA PUBLICAÇÃO**

19.1. A contratante publicará, no Diário Oficial da União, o extrato deste contrato, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de até 20 (vinte) dias daquela data, nos termos do parágrafo único, do art. 61, da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações.

## **20. DOS CASOS OMISSOS**

20.1 Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 10.520, de 2002, no Decreto nº 5.450, de 2005, no Decreto nº 3.555, de 2000, na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, no Decreto nº 3.722, de 2001, na Lei Complementar nº 123, de 2006, no Decreto nº 2.271, de 1997, na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008, e na Lei nº 8.666, de 1993, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais, que fazem parte

integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

## 21. DO FORO

21.1 As partes elegem o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir quaisquer questões relativas ao cumprimento deste instrumento, desde que não possam ser dirimidas pela mediação administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

21.2 E por estarem assim justas e acertadas celebram o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, o qual, depois de lido e achado conforme, perante duas testemunhas a todo o ato presentes, vai pelas partes assinado.

Brasília - DF,                      de                      de 2016.

Contratante

Contratada

Testemunhas:

a) \_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF nº

b) \_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF nº



## ANEXO I – DO CONTRATO

## ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇOS

Este documento apresenta critérios de avaliação da qualidade dos serviços, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.

Cumprimento de obrigações contratuais	
Item	Descrição
<b>Finalidade</b>	Garantir a segurança patrimonial e pessoal nas dependências da EMBRATUR
<b>Meta a cumprir</b>	Obrigações contratuais cumpridas
<b>Instrumento de medição</b>	Avaliação direta do Fiscal por meio de notificação escrita.
<b>Forma de acompanhamento</b>	Vistoria nos Postos de Serviços.
<b>Periodicidade</b>	Diária
<b>Mecanismo de Cálculo</b>	Soma dos percentuais relativos aos graus das Penalidades notificadas (Tabela 1).
<b>Início de Vigência</b>	Data da assinatura do contrato
<b>Sanções</b>	<p>a) Multa conforme a soma dos percentuais relativos aos graus das penalidades notificadas no mesmo mês, até o limite de 20%.</p> <p>b) A reincidência de multa no percentual de 20% do valor da fatura mensal na mesma vigência do contratual implicará sua rescisão, sem prejuízo de outras multas previstas no Edital, no Contrato e na legislação.</p>
<b>Observações</b>	Na notificação deverá constar o nº do item do indicador de avaliação infringido (Tabela 02) e a assinatura do supervisor da empresa

Tabela 01	
GRAU	PENALIDADE – DESCONTO SOBRE A FATURA MENSAL
01	0,2 % por dia sobre o valor mensal do contrato.
02	0,4 % por dia sobre o valor mensal do contrato.
03	0,8% por dia sobre o valor mensal do contrato.
04	1,6% por dia sobre o valor mensal do contrato.
05	3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato.
06	4,0% por dia sobre o valor mensal do contrato.

Tabela 02		
ITEM	DESCRIÇÃO DO INDICADOR DE AVALIAÇÃO	GRAU
01	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	06
02	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais, por dia;	05



03	Manter empregado sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
04	Permitir a presença de empregado sem uniforme, com uniforme manchado, sujo, mal apresentado ou sem crachá de identificação, por empregado e por ocorrência;	01
05	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
06	Deixar de zelar pelas instalações da EMBRATUR, por posto e por dia;	03
07	Deixar de registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por empregado e por dia;	01
08	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
09	Deixar de substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades, por funcionário e por dia;	01
10	Deixar de entregar os salários, auxílio transporte ou auxílio refeição nas datas avençadas, por ocorrência e por dia;	01
11	Deixar de efetuar a reposição de funcionários faltosos, por funcionário e por dia;	04
12	Deixar de fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), quando exigido em lei ou convenção, aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los, por empregado e por ocorrência;	02
13	Deixar de fornecer 04 (quatro) uniformes e seus complementos, para cada categoria, anualmente, por funcionário e por ocorrência;	02
14	Deixar de efetuar o pagamento de salários, seguros, encargos fiscais e sociais, bem assim quaisquer despesas diretas ou indiretas relacionadas à execução deste contrato, por dia e por ocorrência;	05
15	Não manter as condições de habilitação previstas no edital e no contrato;	01
16	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos, não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	02

Brasília-DF, de de 2016

\_\_\_\_\_  
Pela Contratante

\_\_\_\_\_  
Pela Contratada



## ANEXO II - DO CONTRATO

### TERMO DE CIÊNCIA E COMPROMISSO

Eu, \_\_\_\_\_ recebi o Manual de Ética da EMBRATUR, instituído pela Portaria nº 79 de 10 de julho de 2013.

Comprometo-me a cumprir integralmente este Manual, bem como os princípios de conduta ética estabelecidos no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, conforme prescreve o Decreto nº 1.171 de 22 de junho de 1994.

Brasília,        de        de 2016.

\_\_\_\_\_  
Assinatura/Matricula



**ANEXO III - DO CONTRATO**

**MODELO DE AUTORIZAÇÃO PARA SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE CONTA VINCULADA**

(Nome da empresa) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_ portador da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_ sediada (endereço completo) \_\_\_\_\_, em cumprimento ao disposto no art. 19-A da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02, de 30 de abril de 2008, com as alterações introduzidas pela Instrução Normativa SLTI/MP nº 03, de 15 de outubro de 2009, AUTORIZA a EMBRATUR Instituto Brasileiro de Turismo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.741.794/0001-01, situado no Setor Comercial Norte Quadra 02, Bloco "G" - Brasília/DF, a solicitar junto a Instituição Bancária Oficial (Banco do Brasil, Agência Governo), a abertura de conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, exceto quando autorizada, em nome desta empresa, com a finalidade de depositar mensalmente os valores correspondentes as provisões previstas no anexo IV das mencionadas Instruções Normativas e no Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_/2016.

Brasília-DF , \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

\_\_\_\_\_  
(Nome e assinatura do representante legal)